



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE GEOGRAFIA-LICENCIATURA

DAIANE CARLA BORDULIS

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS: UM OLHAR A PARTIR
DAS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFES – CAMPUS
ERECHIM/RS**

ERECHIM

2017

DAIANE CARLA BORDULIS

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS: UM OLHAR A PARTIR
DAS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFFS – CAMPUS
ERECHIM/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciada em
Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo

ERECHIM

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

, Daiane Carla Bordulis
DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS: UM OLHAR A
PARTIR DAS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFFS
? CAMPUS ERECHIM/RS/ Daiane Carla Bordulis . -- 2017.
78 f. : il.

Orientador: Márcio Freitas Eduardo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia Licenciatura , Erechim, RS , 2017.

1. Juventude rural . 2. Agricultura familiar . 3.
Gênero . I. Eduardo, Márcio Freitas, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DAIANE CARLA BORDULIS

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS: UM OLHAR A PARTIR
DAS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFFS – CAMPUS
ERECHIM/RS**

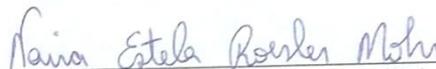
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
05/07/2017

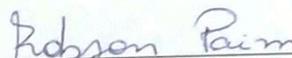
BANCA EXAMINADORA:



Orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo
Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim



Membro 01: Prof^a Me. Naira Estela Mohr
Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim



Membro 02: Prof. Me. Robson Olivino Paim
Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Geraldo e Matilde agradeço pela dedicação, por terem me ensinado a ser forte, por me estimularem a ser independente, por me encorajarem a me desafiar no mundo, pelo apoio, respeito pelo que nos diferencia e nos une.

Ao meu companheiro, orientador e um grande Geógrafo, Márcio Eduardo com quem compartilho minha vida, meus sonhos. Obrigada pela parceria, pelo companheirismo cotidiano, pelo carinho, pelas conversas sempre tão empolgantes, pela disposição, por saber respeitar as minhas ideias, por saber valorizar aquilo que eu tinha a oferecer e pela oportunidade de aprender com você. Muito obrigada pelo estímulo, pela confiança.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, agradeço pela oportunidade e condições para o desempenho de minha carreira acadêmica ao longo destes quatro anos e meio.

Aos docentes, em especial os professores do curso de Geografia, agradeço pelos conhecimentos que proporcionaram a mim e aos meus colegas e por terem me ensinado a amar cada dia mais a Geografia.

A minha irmã Eliane agradeço pelo incentivo aos estudos, pela força, pelos conselhos e pela disponibilidade em me ouvir e me acalmar quando eu estava aflita e desestimulada para continuar a graduação.

A minha querida amiga Josicler, agradeço por ter me incentivado a cursar a Geografia, pelos conselhos e conversas e por me ensinar a me firmar no mundo, ser mais confiante e feliz.

Aos meus amigos e colegas Crislaine, Paulo e Elaine pela amizade, pela ajuda que me disponibilizaram ao longo da Graduação, pela troca de experiências, por termos compartilhado sonhos, preocupações, conquistas e pela convivência.

Aos meus amigos Sr. Adão e Dona Juracema, pelo incentivo aos estudos, pelos conselhos e pela disponibilidade de material para eu efetuar a pesquisa.

Àos meus amigos Flávia, Maura e Daniel, pelo estímulo aos estudos, pelas conversas motivadoras e pelos conselhos valiosos que me proporcionaram.

As jovens pesquisadas, pela colaboração na pesquisa e pela disponibilidade em preencher o questionário.

Aos demais amigos e familiares o meu muito obrigada a todos!

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal compreender os aspectos que influenciaram na decisão das jovens, matriculadas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim, a evadirem-se de seus espaços rurais de origem. Partimos da hipótese de que o ingresso no ensino superior expressa a busca de qualificação profissional por parte das jovens visando romper com problemas atrelados a questões de gênero presentes no espaço rural, constituindo-se como um fator repulsivo na decisão por migrar tomada pelas jovens rurais. O estudo foi realizado com jovens rurais que estudam nos cursos de licenciatura ofertados no período noturno na UFFS, nas 5ª fases intermediárias dos anos 2016/2017. Para desenvolver a análise, trabalhamos com as jovens rurais que se identificaram com o perfil, aquelas que passaram pelo processo de desterritorialização do campo e, posterior, reterritorialização urbana. Utilizamos como procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos, para a obtenção das informações, como dados secundários e utilização de questionário de caráter objetivo e com questões descritivas. Para compreensão da realidade vivida pelas pesquisadas, foi necessário estudar 1) a juventude rural; 2) a abordagem territorial geográfica; 3) aspectos da questão agrária presentes na microrregião de Erechim para evidenciar determinados problemas enfrentados na agricultura, os quais atingem com maior veemência os jovens e as jovens no campo; 4) e, além disso, as questões de gênero, aspectos do patriarcado e conflitos de geração, muito presentes na agricultura familiar e que contribuem para o processo de migração das jovens. Nossa pesquisa demonstrou que a falta de participação/autonomia das jovens para intervirem em questões que se repercutam em mudanças na unidade produtiva familiar, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores e a carência de infraestruturas e serviços básicos foram fatores relevantes para a migração das jovens, assim como, nos espaços urbanos, a busca pela formação profissional, a maior autonomia relativa para a construção de seus projetos de vida, o acesso relativo ao dinheiro (salários, bolsas e auxílio socioeconômico da UFFS) e a maior disponibilidade de infraestrutura, práticas de lazer e de serviços contribuíram como fatores atrativos às jovens. Por fim, frisamos a importância da ampliação dos estudos sobre a juventude rural e o gênero, haja vista que está em jogo, em um futuro breve, as próprias condições concretas de reprodução da agricultura familiar como a conhecemos na atualidade.

Palavras-chave: Jovens rurais; Gênero; Universidade; Migração.

ABSTRACT

This research has as main objective understand the aspects that induced in the decision of young women, registered in the graduation courses of *Universidade Federal da Fronteira Sul* (UFFS) campus Erechim, to evade their origin countryside spaces. We start from the hypothesis that the entrance in the higher education expresses the persuance for professional qualification by the young women in order to break up with the problems related to gender issues, that are present in the rural areas, consisting as a repulsive factor in the decision to migrate taken by these young countryside women. The study was made with young countryside women that study in the graduation courses offered in the night time at UFFS, in the intermediate fifth stage of the years 2016 and 2017. To develop this analysis, we worked with the young countryside women who have identified themselves with the profile, those who went through the process of deterritorialization of the countryside and, thereafter the urban reterritorialization. We used the qualitative and quantitative methods as procedures to obtain the informations, such as secondary data and a questionnaire with an objective feature and with descriptive questions. For a better comprehension of the reality lived by the interviewed women it was needful to study: 1) the rural youth; 2) the geographic territorial approach; 3) aspects of the agrarian issues that are present in the microregion of Erechim to point some problems faced in the agriculture, that reach mostly both of the young countryside men and women; 4) Furthermore, the gender issues, aspects of the patriarchy and generation conflicts, that are very present in the familiar agriculture, they contribute to the migration process of these young women. Our research proved that the lack of participation/self-determination of these young women in some issues that reverberate in changes in the familiar productive unity, the economic difficulties faced by the farmers and the lack of basic infrastructure and services were considered as relevant factors of the migration of these young women, such as, in the urban spaces, the quest for professional qualification, the greater relative autonomy for the construction of their life projects, the relative access to money (such as salaries, studentships and socioeconomic assistance of UFFS) and the greater availability of infrastructure, leisure practices and services contributed as attractive factors to these young women. Finally, we emphasize the importance of the expansion of the studies about rural youth and the gender, considering that is at stake, in a near future, the proper concrete conditions of reproduction of the familiar agriculture as we know nowadays.

Keywords: Rural youth, Gender, University, Migration.

LISTA DE FOTOS

- Foto 01- Vista parcial para o bloco A e vista parcial para o bloco dos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul.....42
- Foto 02- Vista parcial para o bloco dos professores e vista parcial para um dos laboratórios da Universidade Federal da Fronteira Sul.....44
- Foto 03- Vista para o Restaurante Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.....44

LISTAS DE MAPAS E PRANCHAS

| | |
|--|----|
| Mapa 01- Localização da Microrregião de Erechim..... | 04 |
| Mapa 02- Variação da População Rural entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim de 1991 e 2010..... | 33 |
| Mapa 03- Variação da população urbana na Microrregião de Erechim de 1991 e 2010..... | 34 |
| Mapa (prancha) 04- VAB por setores da economia dos municípios da Microrregião de Erechim, 2012..... | 37 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01- Consideração das jovens sobre o provável futuro da agricultura familiar nos municípios da Microrregião de Erechim..... | 55 |
| Quadro 02- Consideração das jovens sobre as práticas os ações que deveriam ser mudadas ou implementadas no campo..... | 56 |
| Quadro 03- Relatos sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural nos estabelecimentos de agricultura familiar no município de origem..... | 57 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 01- Variação total da população residente entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim..... | 35 |
| Gráfico 02- Composição demográfica das famílias das pesquisadas..... | 47 |
| Gráfico 03- Atividades produtivas e de geração de renda nos estabelecimentos agropecuários antes e após a migração das jovens rurais..... | 48 |
| Gráfico 04- Outras atividades desenvolvidas pelas entrevistadas na época em que residiam no estabelecimento agropecuário (nº de respostas e percentual)..... | 49 |
| Gráfico 05- Fatores repulsivos existentes no campo responsáveis pelas jovens migrarem para a cidade..... | 51 |
| Gráfico 06- Fatores atrativos existentes na cidade responsáveis pelas jovens migrarem..... | 51 |
| Gráfico 07- Formas de apoio que a família residente no campo oferece para as jovens permanecerem na cidade..... | 52 |
| Gráfico 08- Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário (nº de respostas e percentual)..... | 54 |
| Gráfico 09- Grau de participação das jovens e dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias no estabelecimento agropecuário..... | 54 |

LISTA DE SIGLAS

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE- Fundação de Economia e Estatística

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEAD- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPI- Plano Político Institucional

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

USP- Universidade de São Paulo

VAB- Valor adicionado bruto

APÊNDICE

| | |
|--|----|
| 1- Questionário sobre a migração da jovem rural..... | 66 |
|--|----|

Sumário

| | |
|---|--|
| 1-INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 6 |
| 2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 6 |
| 2.2 DADOS SECUNDÁRIOS..... | Erro! Indicador não definido. |
| 2.3 PESQUISA PRIMÁRIA..... | 8 |
| CAPÍTULO 1: GEOGRAFIA, GÊNERO E JUVENTUDE RURAL | 9 |
| 1.1 GEOGRAFIA, JUVENTUDE E GÊNERO: UM OLHAR PARA A AGRICULTURA FAMILIAR | 15 |
| 1.2 ELEMENTOS DA ABORDAGEM TERRITORIAL PARA O ESTUDO DA JUVENTUDE RURAL E DO GÊNERO NA GEOGRAFIA | 25 |
| CAPITULO 2 TERRITORIALIZAÇÃO DA UFFS E AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS | Erro! Indicador não definido. |
| 2.1 UFFS: UM FATOR ATRATIVO PARA AS JOVENS DE ORIGEM RURAL . | 39 |
| CAPITULO 3 A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS E O ACESSO AOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFFS CAMPUS ERECHIM | 45 |
| 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS | 57 |
| 5- REFERÊNCIAS:..... | 60 |
| 6- APÊNDICE..... | 66 |

1-INTRODUÇÃO

O fenômeno da desterritorialização dos sujeitos do campo, conhecido popularmente como êxodo rural, não é um fenômeno recente no Brasil. Em cada período histórico é possível identificarmos uma miríade de aspectos que contribuíram para a mobilidade das populações rurais para os espaços urbanos. No Brasil, há fatores estruturais, inerentes a sua formação socioespacial, que tiveram papel preponderante nos movimentos migratórios, notadamente, a intensa concentração fundiária e as dificuldades que impõe para a reprodução da agricultura de base familiar (camponesa, populações tradicionais e indígena).

Historicamente, a agricultura de base familiar foi a responsável pela permanência no campo de expressivos contingentes populacionais, pois sua lógica de organização social pressupunha sempre uma relação estreita entre a produção e a reprodução (ampliada) do grupo familiar, isto é, a produção associada ao ato de reproduzir, concomitantemente, as condições para sua própria existência.

O crescimento vegetativo das populações rurais, as condições físicas e meteorológicas adversas no campo (queda da fertilidade natural das terras, estiagens e geadas prolongadas, por exemplo), as contingências do acesso à terra e os deslocamentos espaciais dos epicentros de importância político-econômico ao longo dos sucessivos ciclos econômicos (cana de açúcar, mineração, café, borracha e seus lugares/cidades do mandar – como referem-se Santos e Silveira, 2001), o modelo agroexportador potencializador da “urbanização de fachada” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), litorânea, e o processo de industrialização por substituição de importações foram eventos que de maneira significativa influenciaram na migração rural-urbano no Brasil.

Os “modernos¹” sistemas de produção, por sua vez, vulnerabilizaram, progressivamente, as unidades produtivas familiares. Lembremos que o Estado brasileiro só produziu uma política pública específica para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF) em meados da década de 1990, isto é, trinta anos após o advento da “modernização” da agricultura.

¹ A conotação “moderno” para designar a expressão “modernização da agricultura” da sentido a algo positivo, também mudar para melhor. Que serve de uma estratégia simbólica para não trazer a tona o lado controverso da modernização, por conta disso ao longo do texto o termo “moderno” virá acompanhado de aspas.

Nesse sentido, a fragilidade da agricultura familiar frente às condições meteorológicas extremas, as novas condições de trabalho e geração de renda acabaram (e ainda hoje influenciam) produzindo efeitos repulsivos, especialmente para os jovens rurais, gerando assim problemas como a sucessão na agricultura familiar em face do envelhecimento e da masculinização da população.

Na agricultura familiar, o trabalho realizado pelas mulheres e pelas jovens rurais muitas vezes são vistos como ajuda, e isso acaba desestimulando a permanência delas no meio rural. A autora deste trabalho enfrentou esse problema, na condição de jovem rural que decidiu migrar para a cidade, pois o trabalho no campo é pouco valorizado, há dificuldades em ter acesso à renda advinda da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma expectativa positiva para sua atuação profissional e ascensão pessoal. Além disso, o que influencia bastante a desistência das jovens em permanecer no campo é a própria dinâmica interna das famílias, baseada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuidade no meio rural são sempre mais favoráveis aos rapazes, deixando a jovem com pouca participação nas decisões do trabalho (MULLER, 2016).

A pouca independência para intervir em questões que repercutam-se em mudanças na unidade produtiva familiar, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores familiares e a formação buscada pelas jovens para alterarem seus perfis profissionais, são aspectos intrínsecos às relações de gênero enfrentadas pelas jovens rurais.

No Brasil, a juventude e as mulheres do meio rural ganharam visibilidade nas pesquisas acadêmicas somente a partir de meados da década de 1980, momento em que houve o avanço da mobilização política por parte da juventude e “das mulheres” no contexto da “redemocratização”. Nesse período, são fundados diversos movimentos sociais com finalidade de levar adiante demandas da sociedade sobre os problemas existentes no campo, como a concentração fundiária, a expropriação e as questões do patriarcado (adultrocentrismo/questões de gênero).

Com esse cenário de crise instaurado na agricultura familiar com as mudanças na agricultura e nos espaços rurais, os jovens, mais intensamente, passaram a buscar nos espaços urbanos possibilidades de ocupação, vínculos empregatícios ou qualificação profissional com vistas a levar adiante seus projetos de vida. Os próprios pais passam a

incentivar os filhos a evadirem-se do campo, dado o acirramento das dificuldades econômicas e as incertezas com relação ao futuro da própria agricultura familiar sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

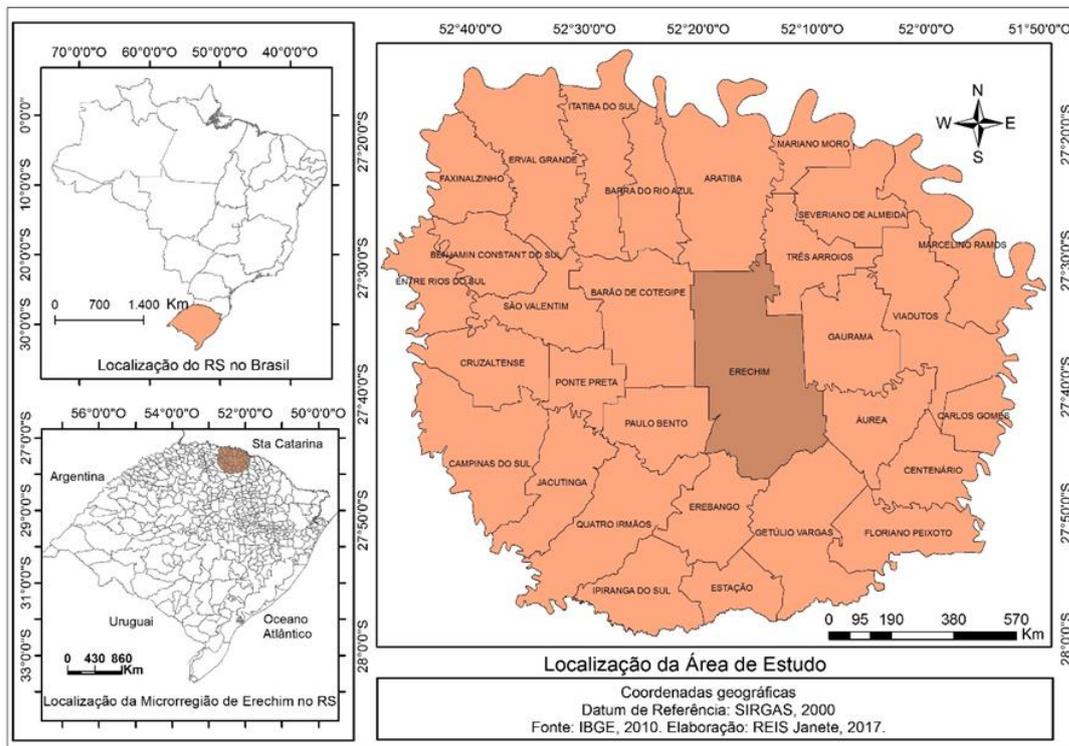
Posto isso, é necessário tratar com maior intensidade as questões envolvendo a juventude² e as relações de gênero no campo. Menosprezar a importância dessas questões trará prejuízos irreversíveis em termos de perspectivas para a construção de uma nova sociedade, com consequências diretas às atividades agrícolas. Se não houver jovens e mulheres no campo, obviamente não haverá agricultura familiar da forma como urbanas. Lutar por melhores condições de vida para os jovens e as mulheres do campo trará melhorias também aos cidadãos, no sentido de diminuir os problemas do “inchaço” populacional nas cidades e de preservar possibilidades para a construção de uma agricultura diferente, com base na produção de alimentos saudáveis, por exemplo.

Da mesma forma, a inserção das jovens rurais com relação ao acesso a universidade pública favorece uma condição que as faça evoluir, de dificuldades econômicas, de sistemas de opressão de gênero e de dependência adultocêntrica, para formas de ser, pensar e trabalhar com maior autonomia e segurança econômico-profissional.

Diante disso, é possível identificar o fenômeno do êxodo rural como consideravelmente presente na área de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul, mais especificadamente na área de abrangência do campus Erechim. Os dados sobre esse problema do êxodo rural na microrregião de Erechim serão relatados no capítulo II desta monografia.

² Conforme o dicionário de educação do campo Castro (2012) revela que jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX. Muitos trabalhos tratam o termo juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, “como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas”. Muitas das contribuições formadas sobre a juventude a define como universalizante, associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou a agentes privilegiados de transformação social.

Mapa 1: Localização da Microrregião de Erechim



Elaboração: REIS, J. 2017.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória realizada em 2016/2017 com as jovens rurais que estudam no Campus Erechim/RS da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Nosso objetivo geral foi compreender os aspectos que influenciaram na decisão das jovens matriculadas nos cursos de licenciatura do Campus, a evadirem-se de seus espaços rurais de origem. E os objetivos específicos foram:

- Evidenciar os principais aspectos envolvidos na desterritorialização das jovens rurais a partir das mudanças econômicas e produtivas na agricultura familiar;
- Investigar como a questão de gênero no interior das unidades produtivas influenciou como fator repulsivo na decisão por migrar tomada pelas jovens rurais;
- Identificar fatores atrativos que levaram as jovens a buscar o estilo de vida urbano e a ingressarem no ensino superior público.

Nosso recorte foram as jovens rurais que já migraram do campo e que atualmente encontram-se matriculadas nas fases intermediárias dos cursos de licenciatura regulares da UFFS, no campus Erechim/RS. Essa pesquisa consistiu em

buscamos elementos que nos levassem a compreender o fenômeno da desterritorialização da jovem dos espaços rurais em uma perspectiva abrangente, abordando aspectos repulsivos e atrativos atrelados a questões relacionadas a infraestrutura, a acessibilidade, as condições tecnológicas e econômico-produtivas, aspectos culturais e também quanto à relação de gênero no campo.

As motivações para realização da pesquisa foram várias. Inicialmente, foi pela própria trajetória e experiência da autora, sendo filha de agricultores e dando continuidade aos estudos, em busca de uma qualificação profissional, de oportunidades de emprego, maior liberdade e maior autonomia para intervir em questões que se repercutam em melhorias no âmbito pessoal. Além disso, por ter irmãs que também saíram cedo de casa em busca de trabalho, de uma evolução pessoal, pois é difícil permanecer no campo com condições econômicas desprivilegiadas como: a pouca área de terra, o trabalho pesado e sem uso de maquinários, também pelo adultrocentrismo existente na família (que é sentido, mas pouco refletido) e que pesaram na decisão de migrar. Após a migração para a cidade os problemas de gênero e a opressão ainda continuaram, mas de uma forma diferente, no trabalho em que eu tive na vinda para o meio urbano, senti desconfortos por parte dos chefes por ser jovem rural, por não estar acostumada aos hábitos considerados urbanos, e muitas vezes, pela forma de falar como por exemplo o uso dos “éres”. Ter vivido esse processo de desterritorialização do campo para a cidade despertou curiosidades por parte da autora, para entender melhor essa problemática que impulsiona cada vez mais, o fato de jovens e, principalmente, das jovens evadirem-se do meio rural. No desenvolvimento desta pesquisa passei a ter um olhar diferente para a minha condição de ser mulher e jovem.

Em termos de estrutura deste trabalho de conclusão de curso (TCC), ele está organizado em três capítulos: o primeiro consiste em levantar a problemática da juventude rural no campo, também discussões sobre a temática de gênero. Neste capítulo também discutiremos a abordagem territorial, conceito de território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

No segundo capítulo, buscamos compreender as transformações da agricultura na microrregião de Erechim/RS entre as décadas de 1990 e 2000, além disso, foi exposta uma contextualização da Universidade Federal da Fronteira Sul, demonstrando os principais objetivos da instituição e os problemas que ela visa enfrentar.

No último capítulo apresentamos os resultados da pesquisa através da compilação e análise dos dados primários obtidos junto às respostas dos questionários pelas jovens.

Por fim, as considerações finais encerram as análises realizadas em nossa pesquisa. Dado à complexidade e abrangência do tema que nos propomos a pesquisar, nas considerações finais apontamos questões que poderiam ser objeto de outras investigações. Procuramos, com isso, estimular o desenvolvimento de outras pesquisas com a temática da juventude e das questões de gênero em âmbito das relações campo-cidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Revisão bibliográfica tem o intuito de aprender os conceitos e os procedimentos metodológicos que nos servem de base para desenvolver a pesquisa. A escolha das obras e conceitos estudados tem como critério a afinidade com nossa opção teórica. Os procedimentos metodológicos contidos nesta pesquisa são baseados em referências bibliográficas, subdivididas em três grandes temas, a saber, 1) juventude rural, 2) gênero e 3) território.

1) Um dos objetivos da nossa pesquisa foi o de investigar as possíveis razões atreladas ao êxodo rural junto às jovens estudantes dos cursos de licenciatura noturnos na UFFS, Campus/Erechim. Para isso foi necessário o entendimento do conceito de juventude rural demonstrado nas obras de: Muller (2016), Abramo (1997), Weisheimer (2004), Bordieu (1983), Brumer (2007). Muller (2016) nos auxiliou a compreender os temas da juventude rural, do gênero e da agricultura familiar. Abramo (1997), trabalha com uma abordagem sobre a juventude calcada nas ideias de representação e autorepresentação sociais. Weisheimer (2004), nos auxiliou a entender a invisibilização da juventude do campo. Bordieu (1983), trabalha com a ideia de diferenças das juventudes. Brumer (2007) aborda sobre a tendência emigratória dos jovens do campo.

2) Para trabalhar a questão de gênero em nossa pesquisa utilizamos, principalmente, as obras dos seguintes autores: Muller (2016), Silva (2011), Silva

(2003), Bowlby (1989), Castro (2009). Os autores supracitados trabalham a questão de Gênero e da juventude no campo em sua relação com a Geografia. Em Silva (2011), utilizamos a ideia de invisibilização do trabalho feminino. Silva (2003), expõe sobre a abordagem geográfica feminista. Bowlby (1989) trabalha com as relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres. Castro (2009) discute as relações de gênero, as desigualdade de poder.

3) Para entendermos a abordagem territorial trabalhamos com os seguintes autores: Raffestin (1993); Dematteis (2008); Saquet (2011); e Oliveira (2001). Em Raffestin (1993), utilizamos sua concepção de território como um “produto relacional e forjado a partir de relações de poder”. Dematteis (2008), nos auxiliou a compreender as questões de “territorialidade passiva e ativa” no que tange as relações no interior das unidades de produção, sejam familiares e produtivas. Saquet (2011), compreende o território como um “produto multidimensional” (econômico, político, cultural e ambiental) e trabalha ainda com os conceitos de “TDR” (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Oliveira (2001), utiliza o conceito de “monopolização do território pelo capital”, o qual foi fundamental para melhor entendermos os processos de subordinação dos agricultores familiares frente à territorialidade do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

2.2 DADOS SECUNDÁRIOS

Utilizamos também dados secundários do IBGE (Censos Demográficos e Agropecuários) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE), com o intuito de caracterizarmos as transformações vivenciadas pela agricultura familiar na microrregião onde está inserido o campus Erechim da UFFS:

- Dados do Censo Demográfico de 1991 e 2010 sobre a caracterização da evolução da população rural e urbana nos municípios da microrregião de Erechim.
- Dados do Censo Agropecuário de 2006 com informações sobre os principais produtos da lavoura temporária.
- Dados dos principais efetivos de rebanhos da microrregião de Erechim de 2012 (FEE).
- Dados da estrutura fundiária do Censo Agropecuários de 2006 (IBGE).

- Dados da composição do PIB por setores da economia dos municípios da microrregião de Erechim (FEE), através do indicador Valor Adicionado Bruto (VAB percentual).
- Dados sobre a população jovem rural e urbana da microrregião de Erechim (1991 e 2010).

2.3 PESQUISA PRIMÁRIA

Para a realização desta pesquisa foi aplicado um questionário para obter as informações necessárias para o referido estudo. O público que entrevistamos foram as estudantes dos cursos noturno de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul. As jovens entrevistadas têm um perfil de moças que migraram do campo para a cidade a fim de estudar no campus Erechim. O questionário foi aplicado nas fases intermediárias dos cursos de licenciaturas (5º fase do ano de 2016 e 5º fase do ano de 2017), contendo questões fechadas e abertas de modo que as jovens entrevistadas não precisassem se identificar. Para identificar as jovens com esse perfil foi necessário ir até a turma em que elas estudavam, para assim levantar quais moças migraram do campo para a cidade. Sendo assim, aquelas jovens que afirmaram ter residido no campo aceitaram responder o questionário juntamente com a presença da autora, outras, não foi possível acompanhar todo processo do preenchimento das respostas do questionário. Contemplamos 100% do universo destas jovens estudantes dos cursos de licenciaturas noturno.

Optamos por contemplar as discentes licenciandas, pois diferentemente de os outros cursos existentes na UFFS como, por exemplo, os cursos de Agronomia, Engenharia Ambiental e Arquitetura, bacharelados oferecidos em período integral (o que dificulta a possibilidade das jovens em manter vínculos empregatícios enquanto estudam), as estudantes de licenciatura noturnos, geralmente conciliam a graduação com o trabalho remunerado urbano e são perfis diferentes de juventude. Em geral, trata-se de um público que migra de seus espaços rurais de origem em uma situação de considerável vulnerabilidade socioeconômica.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA, GÊNERO E JUVENTUDE RURAL

O tema da juventude rural é ainda pouco explorado pelos geógrafos brasileiros. Conforme Muller (2016), o embasamento teórico dos geógrafos acerca do conceito de juventude, tanto a urbana, quanto a rural, está respaldado, principalmente, pelas discussões produzidas em âmbito das Ciências Sociais. Turra-Neto (2008), afirma que o debate sobre juventude “[...] já está em andamento no quadro da Sociologia, Psicologia e Antropologia [...]”. Salienta, no entanto, que:

[...] carece ainda de uma contribuição daquela Geografia que se coloca no papel de refletir sobre a espacialidade humana, de forma a ganhar maior precisão conceitual no tratamento da dimensão espacial, nos estudos dos modos particulares de realização das juventudes (TURRA-NETO, 2008, p. 437).

A temática da juventude se torna objeto de atenção no momento em que representa uma agenda inadiável de pesquisa. No que tange a tais estudos, é importante ressaltar, desde o início, que questões associadas ao cotidiano dos jovens urbanos têm recebido maior destaque em relação aos jovens rurais. Pode-se entender, pois, que o relativo desinteresse social e acadêmico pelas questões da juventude rural está vinculado a certo entendimento de que a desruralização é um processo irreversível, inclusive nos “espaços” da agricultura familiar, tendo por mote a tendência de uma “agricultura sem agricultores” (AMIN; VERGOPOULOS, 1982), problema que atinge especialmente os jovens, os quais se veem compelidos a migrar para as cidades, o que se repercute, conseqüentemente, na baixa densidade de pesquisas.

O termo juventude requer, inicialmente, uma explicação do seu uso. Isso demanda esforços de desconstrução de representações sociais que operam no senso comum e tendem a delimitar a juventude ao um recorte etário com alguns valores e práticas sociais comuns (ABRAMO, 1997). Leão e Rocha vão expor que:

Em termos universais, podemos dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. É um processo de construção de uma maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase também em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restritos da família e da escola (LEÃO; ROCHA, 2015, p. 18).

Abramo (1997), por sua vez, trabalha com uma abordagem sobre a juventude calcada nas ideias de representação e autorepresentação sociais. Argumenta que há limites nas concepções que corriqueiramente apreendem a juventude como categoria geracional que substitui a atual, comparecendo como uma espécie de retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, assegura, a juventude deve ser entendida em suas particularidades, pois “[...] condensa as angústias, os medos, assim como as esperanças, em relação as tendências sociais percebidas no presente aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura” (ABRAMO, 1997, p. 29). Nesse sentido, a juventude, nos dias atuais, tem estado cada vez mais presente, tanto na opinião pública, como nos estudos acadêmicos, tendo em vista constituir-se como uma “categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade” (ABRAMO, 1997, p. 29). Para a autora, a juventude apresenta-se:

[...] como um momento de transição no ciclo da vida, da infância para maturidade que corresponde a um momento específico e dramático de sociabilidade, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos (ABRAMO, 1997, p. 29).

Na mesma direção, Weisheimer (2004) conceitua juventude como:

[...] um conjunto de relações sociais e específicas, vividos por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais que uma faixa etária, a condição juvenil aparece como uma posição focal fundada em representações: trata-se de um período socialmente construído de transição de uma condição social de dependência plena da infância, a outra, de independência plena na idade adulta (WEISHEIMER, 2004, p. 96).

Por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Weisheimer (2004), pesquisou as produções acadêmicas sobre juventude rural no Brasil, no período compreendido entre 1990 a 2004, considerando a pós-graduação e as publicações em periódicos científicos e de livros. Weisheimer (2004), “mapeou” a publicação de apenas cinquenta trabalhos, produzidos por 36 pesquisadores, o que não se constitui em uma produção expressiva em termos de volume. Contudo, ele chama atenção no levantamento sobre o predomínio de pesquisas na região Sul do Brasil, expondo a importância que tem a agricultura familiar nessas pesquisas.

O autor chama ainda atenção para o estudo realizado pela pesquisadora Marília Sposito, da Universidade de São Paulo (USP). Sposito (2009), ao pesquisar a produção

discente da pós-graduação sobre o tema da juventude, identificou 1.427 trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, a autora apontou que apenas 52 trabalhos diziam respeito aos jovens do meio rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. No dizer de Sposito:

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementaridade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (SPOSITO, 2009, p. 24).

Esta colocação da autora deixa claro o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vida e os dilemas que afetam os jovens do campo. Isso está relacionado com o fato de que vivemos em um país em que o intenso processo de urbanização se estabeleceu com base na migração compulsiva das populações rurais, cujo processo de modernização da agricultura e o formato das “políticas agrárias-agrícolas” (THOMÁZ JÚNIOR, 2005) inviabilizaram a permanência de um quantitativo considerável de agricultores e a conseqüente reprodução de seus modos de vida. Entre os excluídos e marginalizados da nossa sociedade, Weisheimer (2004), assegura que os jovens rurais se destacam como os mais vulneráveis, haja vista que os

[...] jovens estão submetidos numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, invisibilizando o rompimento da própria condição de exclusão (WEISHEIMER, 2004, p. 23).

Weisheimer (2004) ainda revela que enquanto os jovens rurais permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra o que se tem são “situações prolongadas de incômodo e injustiças que atingem os grupos de jovens rurais” (WEISHEIMER, 2004, p. 25).

Entrementes, Brumer (2007, p. 35) revela que está aumentando nos últimos anos os estudos sobre a juventude, “[...] em grande parte decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer”.

Como está explícito em nossas colocações até o momento, conceituar juventude não é uma tarefa fácil. Ainda mais quando se trata da “juventude do campo”, pois conforme Paulo (2012), a categoria juventude rural é ainda mais recente nos estudos juvenis e, por conta disso, apresenta desafios para uma descrição empírica e teórica mais elaborada.

Castro (2012, p. 439) entende por juventude rural os “[...] filhos de agricultores que ainda não se emanciparam da autoridade paterna, geralmente solteiros, que vivem com os pais”. Percebamos que essa primeira aproximação já tenciona conceituações mais rígidas, baseadas na ideia de faixa etária. A condição juvenil pode se estender, nessa definição de Castro (2012) acima dos 30 anos, inclusive: limite de idade que vários autores e instituições tomam para delimitar o final da fase juvenil da vida no campo.

Entretanto Bordieu (1983, p. 113) defende que não se pode tratar os jovens “[...] como se fossem uma unidade social, um grupo formado, contemplado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade determinada biologicamente já concebe uma manipulação evidente”. O autor enfatiza que é preciso analisar as diferenças entre as juventudes, comparando as conjunturas de vida, de trabalho, de lazer, de estudo, a formação, com as quais, desta forma, se atinaria para as “diferenças análogas em todos os domínios da existência humana”.

Essas diferenças entre as juventudes devem ser tratadas cada qual pela sua particularidade, evidenciando as territorialidades que as forjaram, pois os jovens do campo congregam distintas formas de ser e estar no mundo em relação aos jovens urbanos. Para o jovem do campo, por exemplo, tomando por base a vivência da autora, fica evidente a presença da família e a influência que ela exerce na vida cotidiana juvenil. Nos espaços rurais, os jovens estão inseridos em um círculo de relações sociais mais restritos em relação à juventude urbana, haja vista que na agricultura familiar as relações tendem a ser mais cíclicas, ou seja, o jovem do campo se encontra em um universo que em grande medida está circunscrito às relações de territorialidade com a família e a unidade de produção; com a “comunidade” rural, a igreja e a cidade pequena, marcada, ainda, por carências que em distintos âmbitos impactam a condição juvenil, dentre elas, podemos citar, as defasagens/inadequação tecnológicas voltadas à

produção e as dificuldades atreladas à acessibilidade, comunicação (telefonia, internet) e opções de lazer no campo.

Souza (2006), assegura que a juventude, como tema de interesse, adquiriu fôlego nos grupos de estudos universitários de diferentes áreas somente após o final dos anos 1980. O tema da juventude, segundo a autora, tem aproximado pesquisadores que estudam a vida dos jovens no intuito de melhor compreender seus dilemas e encarar os obstáculos advindos das relações sociais contemporâneas, às quais estão submetidos. Diante disso, como ressalta Weisheimer (2004, p. 96) “[...] ao se estudar a juventude, deve se levar em conta as características gerais e específicas que demarcam sua condição social configurando múltiplas expressões juvenis”.

Na Geografia, Pires (2013, p. 83) expõe que “[...] os jovens são tomados como sujeitos e possuidores de uma historicidade e cultura específica, com suas semelhanças/diferenças”.

Com relação à juventude rural, há temas com maior destaque na produção geográfica. Conforme Brumer (2007) dois temas são recorrentes nas pesquisas em Geografia sobre a juventude rural, são eles: 1) a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e 2) as características ou problemas presentes na transferência dos estabelecimentos agropecuários familiares à nova geração.

Há um conjunto de dificuldades, vivenciadas pelo núcleo familiar, que influenciam o jovem rural na decisão de migrar, salienta Brumer (2007). Essas dificuldades se revelam, por exemplo, na estrutura de divisão da terra e transforma-se num impedimento à reprodução agrícola e na resultante migração dos jovens, como pondera Wanderley (2007). Weisheimer (2004), assegura também que a falta de oportunidade de trabalho e produção de renda, impossibilita a reprodução nas unidades produtivas levando, assim, a migração dos jovens. Castro (2005), sustenta, também, que os estudos em Geografia evidenciam, sobretudo, os esforços voltados para analisar os jovens rurais associados aos problemas da migração rural/urbano e da herança/sucessão da pequena propriedade familiar.

Para Weisheimer (2005), os problemas atrelados às condições juvenis nos espaços rurais se intensificaram com o acirramento dos processos de modernização da

agricultura e a consequente difusão dos valores urbanos nesses ambientes. Para o autor, até nas regiões mais distantes, os meios de comunicação propagam os costumes urbanos, sem contar que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura faz do rural um espaço não exclusivamente agrícola, colaborando para dissolução das fronteiras materiais e simbólicas entre o espaço rural e urbano. Carneiro (1998, p. 113) aborda que

Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir da releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se da ruptura (parcial) com velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local.

Acreditamos que os estudos sobre a temática da juventude estão mais voltados para o espaço urbano em função de que, para vários pesquisadores, o campo não se coloca mais, fundamentalmente, como um espaço que apresenta perspectivas de reprodução de modos de vida atrativos aos jovens. No espaço rural, existe uma diversidade de fatores desfavoráveis á permanência dos jovens, tais como: as dificuldades econômicas; as carências em termos de infraestrutura e serviços (circulação, comunicação, saúde, lazer e educação); as relações sociais de hierarquia e de opressão de gênero no âmbito da unidade de produção familiar etc. Tendo em vista esses e outros fatores desfavoráveis, como detalharemos no capítulo 03, os jovens sentem-se compelidos a migrar para as cidades em busca de melhores condições de infraestrutura, de empregabilidade, dentre outros fatores atrativos à condição juvenil.

Outro fator importante a ser pontuado com possível reflexo sobre a baixa densidade de estudos acerca da juventude e, inerentemente, das questões de gênero no campo, diz respeito à forma com que historicamente o espaço rural foi estudado, qual seja: como um espaço apreendido, em grande medida, sob a ótica unidimensional da produção. Nessas narrativas, a dimensão econômica ganha destaque nas análises e, paralelamente, opera-se certa invisibilização das contradições e das relações de poder (hierárquicas e de opressão de gênero) em que os jovens e as mulheres do campo estão inseridos. Contudo, compreendemos que o espaço rural não se limita à sua função produtiva. É constituído por múltiplas territorialidades, por projetos, conflitos e anseios, como “território de vida” (BALDUÍNO, 2004) que o é.

1.1 GEOGRAFIA, JUVENTUDE E GÊNERO: UM OLHAR PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a juventude e as mulheres do meio rural ganharam visibilidade nas pesquisas acadêmicas somente a partir de meados da década de 1980, momento em que houve avanço da mobilização política por parte da juventude e “das mulheres” no contexto da “redemocratização”. Nesse período, são fundados diversos movimentos sociais com finalidade de levar à adiante demandas da sociedade sobre os problemas existentes no campo, como a concentração fundiária, a expropriação e as questões do patriarcado (adultrocentrismo/questões de gênero). Nesse momento histórico intensificam-se também as contradições associadas ao avanço do modelo de agricultura baseado no agronegócio e isso repercute-se em limitantes para a reprodução da agricultura familiar, pois a maioria dos pequenos agricultores encontrou dificuldades em responder competitivamente à forma de produzir induzida pelo agronegócio e pelas políticas públicas agrárias-agrícolas.

Com esse cenário de crise instaurado na agricultura familiar, os jovens, mais intensamente, passaram a buscar nos espaços urbanos possibilidades de ocupação, vínculos empregatícios ou qualificação profissional com vistas a levar à adiante seus projetos de vida. Os próprios pais passam a incentivar os filhos a evadirem-se do campo, dado o acirramento das dificuldades econômicas e às incertezas com relação ao futuro da própria agricultura familiar sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Posto isso, é necessário tratar com maior intensidade as questões envolvendo a juventude³ e as relações de gênero no campo. Menosprezar a importância dessas questões trará prejuízos irreversíveis em termos de perspectivas para a construção de uma nova sociedade, com consequências diretas às atividades agrícolas. Se não houver jovens e mulheres no campo, obviamente não haverá agricultura familiar da forma como conhecemos atualmente. O que fará esse cenário ser diferente dependerá da ação dos movimentos sociais e sindicais do campo; de mudanças na matriz produtiva; de alterações na educação, nas políticas públicas, na concepção e formas de intervenção dos órgãos de ATER e, também, da pressão pelas mudanças por parte das populações urbanas. Lutar por melhores condições de vida para os jovens e as mulheres do campo

trará melhorias também aos cidadãos, no sentido de diminuir os problemas do “inchaço” populacional nas cidades e de preservar possibilidades para a construção de uma agricultura diferente com base na produção de alimentos saudáveis, por exemplo.

A condição juvenil varia de acordo com a sua condição geográfica de existência. E, mesmo a juventude rural, possui diferenças internas, pois os jovens da agricultura familiar “eurobrasileira” diferenciam-se dos jovens assentados (organizados politicamente em movimentos sociais), dos jovens quilombolas, dos jovens indígenas, dos jovens extrativistas e assim por diante. Cada um destes grupos vai ter as suas diferentes formas de vivência, de crenças, de cultura e, portanto, de leitura de mundo e formas de agir politicamente. As questões envolvendo o adultrocentrismo e as relações de gênero possuem diferenças qualitativas conforme a cultura na qual se inserem. Desta forma, entendemos que as diferenças sociais são também diferenças espaciais. Seguindo o raciocínio de Moreira (2011), podemos afirmar que cada “arranjo espacial” vai influenciar nos modos de ser juvenis, isto é, nas condições juvenis. Os contextos sociais e espaciais influenciam de maneira importante na forma de ser e pensar dos jovens.

Aguiar e Stropasolas (2010, p. 165) enfatizam que “as moças, de um modo geral vivem insatisfeitas com sua condição. A divisão do trabalho na unidade familiar lhe destina o espaço da casa, a esfera doméstica”. As atividades desenvolvidas pelas mulheres não são considerados como trabalho produtivo e não possibilita o acesso a renda, sendo visto como uma ajuda. Portanto, “tal condição serve de estímulo para que as moças logo pensem em se empregar na cidade, a fim de garantir, através do salário, uma renda que lhe seja própria. Elas não veem perspectiva em ficar na propriedade” (2010, p. 165-166).

Neste sentido, Abramovay et al (1998, p.16) asseguram que “ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, em severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”.

Além disso, segundo Pires (2013, p. 87), “mesmo considerando a diversidade de situações e posturas dos jovens em relação ao trabalho, o mundo do trabalho aparece para eles como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil”. Para autora, esses jovens trabalham para ter uma renda, permitindo desta forma, o acesso a produtos que lhes tragam bem estar.

Da mesma forma, a inserção dos jovens rurais com relação ao acesso à universidade pública favorece uma condição que os faça evoluir, de dificuldades econômicas, de sistemas de opressão de gênero e de dependência adultocêntrica, para formas de ser, pensar e trabalhar com maior autonomia e segurança econômico-profissional.

Com a “modernização” do campo, intensificada no Sul do Brasil principalmente nas décadas de 1970 e 1980 (contexto em que foram introduzidos no espaço rural insumos agrícolas de base química, maquinários pesados e novas formas de organização dos circuitos espaciais de produção e consumo), é acirrado o problema do êxodo de agricultores, especialmente de grupos situados em pequenos estabelecimentos agropecuários. Cabe ressaltar, que a “modernização” da agricultura fomentou a expansão das monoculturas com vistas à agroexportação, fato que fortaleceu os médios e grandes proprietários fundiários. Por conta disso, Graziano da Silva (1996) chamou de “conservadora” a modernização da agricultura brasileira, pois somente os maiores produtores estiveram aptos a responderem competitivamente às novas condições de produção, impostas pelas transnacionais do agronegócio e incentivadas internamente pelo Estado brasileiro.

Os “modernos” sistemas de produção, por sua vez, vulnerabilizaram, progressivamente, as unidades produtivas familiares. Lembremos que o Estado brasileiro só produziu uma política pública específica para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF) em meados da década de 1990, isto é, trinta anos após o advento da “modernização” da agricultura. Nesse sentido, a fragilidade da agricultura familiar frente às condições meteorológicas extremas, as novas condições de trabalho e geração de renda acabaram (e ainda hoje influenciam) produzindo efeitos repulsivos, especialmente para os jovens rurais, gerando assim problemas como a sucessão na agricultura familiar em face do envelhecimento e da masculinização da população.

Conforme Muller (2016), mesmo as melhorias no âmbito das políticas públicas em favor das mulheres não demonstram ser o suficiente para a permanência das jovens no campo, muito embora políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por

exemplo, têm contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Através dessas políticas públicas, a produção de alimentos básicos anteriormente destinados exclusivamente para o consumo da família (hortaliças, legumes etc.) e, produtos agroindustrializados artesanalmente, como geleias e bolachas, são comercializados através destes programas, gerando renda e incluindo produtivamente os distintos membros das famílias rurais. Atividades produtivas que anteriormente eram realizadas exclusivamente pelas mulheres nos estabelecimentos de agricultura familiar, passam a envolver toda a família, quer seja na produção ou mesmo na comercialização (MULLER, 2016).

As situações em que são desenvolvidas as atividades agrícolas nas unidades produtivas familiares, como na produção convencional de grãos, por exemplo; a fragilidade da agricultura em relação às condições meteorológicas; as questões de organização do trabalho e de distribuição da renda acabam tornando-se fatores não atrativos para a permanência dos jovens rurais, fazendo com que problemas como o envelhecimento e a masculinização da população no meio rural se tornem recorrentes. Há ainda que considerar que os,

[...] elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e masculinização da população rural; e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, seja pela dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 7).

Neste mesmo entendimento, assim como o conceito de juventude, as questões de gênero, também não podem ser igualadas se levarmos em conta épocas históricas diferentes, ou seja, a jovem de hoje não é a mesma do passado, pois a questão de gênero remete às relações históricas entre homens e mulheres. Na maioria das vezes, a figura masculina tem “mais valor”, por esse motivo que relações de gênero criam relações de poder e autoridade, segundo o sexo do sujeito (GOUVEIA et al., 2000 apud SCHMITZ, 2011, p. 12). Diante da ideia de que os homens têm “maior valor” está relacionada a sociedade patriarcal e essas diferenciações de gênero sempre existiram no estabelecimento familiar do “colono” (i)migrante. Isso nos permite analisar os conflitos

no interior da família camponesa, em que pode desenvolver ainda mais a questão do êxodo, como destaca Tedesco (2001).

A questão de gênero é outro fator latente no movimento do êxodo da juventude rural, referindo-se aos diferentes espaços de sociabilidade dos jovens rapazes e das moças. Normalmente, são as moças que deixam o meio rural em maior quantidade. Conforme Brumer (2007), isto ocorre devido à desvalorização das atividades femininas no espaço rural, pela “invisibilidade” de seu trabalho. Ou, como demonstra Weisheimer (2007), pelo fato de que, culturalmente, entende-se que as moças (mulheres) não trabalham, apenas ajudam. Desta forma, é possível evidenciarmos que o campo se torna um lugar ainda mais repulsivo para as mulheres jovens, já que para eles, os jovens, a possibilidade de sucessão nas atividades agrícolas é bem maior. As mulheres jovens, por seu turno, estão envoltas em um duplo sistema de opressão: o adultocêntrico e o do gênero.

Os estudos geográficos sobre o gênero começaram a se desenvolver no Brasil por meio dos movimentos feministas, fortemente marcados pela presença da classe operária, que se viu afetada historicamente por questões políticas e econômicas em nível nacional. Na década de setenta, no Brasil, surgem vários movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, que tem por objetivo romper com conceitos tradicionais e buscar novas formas de entender o mundo. Os estudos realizados são mais focados nas mulheres, relações de gênero, o mundo do trabalho rural e urbano. Dessa forma, concordamos com Silva (1988), quando sustenta que “o conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídos social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação” (SILVA, 1998, p. 107).

Ainda assim, como ressalta Silva (2010), “[...] mesmo frente à crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a Geografia brasileira permanece negligenciando a perspectiva de gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade socioespacial” (SILVA et al., 2010, p. 41). Segundo Silva (2003, p.35), na geografia norte-americana e europeia a presença nos debates sobre as relações de gênero é maior, “[...] pois tem contribuído significativamente para autenticar o tema enquanto problema científico, firmando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico”. Com isso os estudos realizados pelas geógrafas,

[...] trazem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero. (SILVA,2003,p.35)

Silva (2003) destaca que existe uma dificuldade em trazer a mulher com mais evidência para o campo da produção do espaço, pois

[...] há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente re-elaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina se dá intimamente ligada a construção da masculinidade, arranjo uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA , 2003, p.34).

Considerando ainda que a “[...] história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de denominação sócio-espaciais” (SILVA, 2003, p.37). Segundo Silva (2003), na abordagem geográfica feminista o território comporta suas diferenciações internas, e no território apropriado pelas relações de poder hegemonicamente masculina também encontra-se a territorialidade do outro, do feminino. Para Silva (2003, p. 06),

[...] o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens tem se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultados de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações sócio-espaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais.

De acordo com Silva (1998), “a Geografia de gênero não é Geografia das ou de mulheres, pois se fosse seria estudado somente metade da humanidade ou que simplesmente as mulheres poderiam fazer uma Geografia Feminista” (SILVA, 1998, p. 108). A autora argumenta “[...] que a Geografia dita feminista é aquela que compreende as contribuições teóricas do feminismo a explicação e interpretação dos fatos

geográficos e o Gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma esfera útil de análise geográfica” (1998, p. 108).

Neste mesmo sentido, Bowlby (1989) expõe que:

A geografia de gênero está interessada no estudo das desigualdades sócioespaciais-ambientais, decorrentes dos diferentes papéis designados pela sociedade a homens e mulheres. As relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres penetram em todos os pontos da vida social, pelo que ignorá-las empobrece a análise como a empobreceria ao ignorar as desigualdades de classe ou as centradas nas diferenças de raça (BOWLBY, 1989, p.12).

Esses diferentes papéis designados pela sociedade a homens e mulheres, no que se refere ao papel da mulher nas áreas rurais, nas atividades produtivas, analisando os papéis de gênero atribuídos pela família e as relações de poder existentes dentro da unidade doméstica. Diante disso a invisibilidade do trabalho desempenhado pela mulher tanto no setor produtivo como reprodutivo passou a ser mais considerada. Silva (2011, p. 5), expõe que

[...] essa invisibilidade é traduzida pelo trabalho doméstico e pela ajuda familiar, sendo que esta última traz, em si mesma, o caráter não mercantil do trabalho, pois uma ajuda não implica em uma compensação monetária e, envolve uma compensação monetária e envolve uma relação de dependência.

Esses trabalhos exercidos pelas mulheres, dentro de um ponto de vista patriarcal, não representam valor em si, portanto, são desvalorizados socialmente, fato que se dá com a maioria do trabalho feminino realizado na esfera da reprodução e, inclusive, da produção (SILVA, 2011, p. 6).

Dessa maneira, as contribuições dos estudos sobre o gênero na Geografia, nos permitem ter um olhar crítico sobre as relações históricas e espaciais entre mulheres e homens, compreendendo as relações entre pai, mãe, os jovens e as jovens rurais, que são o foco do nosso estudo. Na agricultura familiar são importantes as desigualdades de gênero. O homem é o marido, chefe da família e da propriedade e, as mulheres, cuidam da casa, das atividades domésticas, da horta e de outras atividades que são vistas como ajuda, pois não geram renda monetária, desvalorizando o trabalho feminino no campo (MULLER, 2016).

Na agricultura familiar convencional, as mulheres e as jovens rurais têm pouca participação protagônica frente as atividades agropecuárias desenvolvidas. Pois, o

trabalho feminino no campo é pouco valorizado, há dificuldades em ter acesso à renda advinda da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma expectativa positiva para sua atuação profissional e ascensão pessoal. Além disso, o que influencia bastante a desistência das jovens em permanecer no campo é a própria dinâmica interna das famílias, ligada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuidade no meio rural são sempre mais favoráveis aos rapazes, deixando a jovem com pouca participação nas decisões do trabalho.

A pouca capacidade para intervir em questões que se repercutam em mudanças na unidade produtiva familiar; as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores familiares; e a formação buscada pelas jovens para alterarem seus perfis profissionais, são aspectos intrínsecos às relações de gênero enfrentadas pelas jovens rurais.

Antigamente, as famílias que residiam no meio rural eram maiores e o trabalho realizado manualmente, com o auxílio de animais, técnicas e equipamentos simples. Com a evolução da “composição orgânica do capital⁴”, os implementos e o maquinário pesado ocupou o lugar do trabalho manual exercido por vários integrantes da família, elevando a produtividade, porém, deixando mais cara a produção e rebaixando o preço dos produtos agropecuários, o que inviabilizou e tem inviabilizado a permanência de muitos agricultores os quais, sem ocupação que gere renda, foram em busca de exercer outras atividades, principalmente urbanas, na procura de melhores condições de vida.

O processo de desterritorialização afeta na maioria das vezes as jovens. Como afirmou Bertotti (2014), as mulheres são as primeiras a migrar para as cidades, pois não conseguem ver na mãe delas o que elas querem ser, aquela mulher camponesa, que além de estar submetida ao capital, muitas vezes é subordinada pela figura masculina, no caso o marido, que a torna excluída dos processos decisórios da organização produtiva da família. Diante disso, as mulheres jovens são as que mais saem para o meio urbano e existem muitas questões de ordem econômica e cultural envolvidas nesse processo. As jovens de origem étnica italiana, por exemplo, não herdaram terras dos pais como os filhos homens, diferentemente da cultura alemã, e, isso, propicia o afastamento destas

⁴ Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista Bottmore (1988) revela “com o desenvolvimento da maquinaria e da produção mecanizada o processo de trabalho é continuamente transformado pelos esforços do capital para aumentar a mais valia. No capitalismo, um aumento de produtividade implica sempre uma redução no número de trabalhadores em relação aos meios de produção com os que trabalham”. Ou seja é a relação do trabalho vivo com o trabalho morto.

jovens para o centro urbano, no caso que estudaremos, para acessarem o Ensino Superior Público e galgar uma melhor condição profissional e de vida.

[...] a saída da jovem da casa da família e da comunidade rural possibilita, geralmente, sua ascensão social, o que, na maioria das vezes, acontece a partir do investimento em educação, da inserção no mercado de trabalho urbano e/ou do casamento com homens provenientes do meio urbano. O estilo de vida possível de ser conquistado nas cidades garante à mulher maior autonomia e participação (WAGNER; MARQUES; MENASCHE, 2007, p. 54).

Em âmbito do tema do gênero, existe ainda a questão do preconceito para com a figura da mulher no campo, pois quem geralmente “cuida” dos negócios economicamente visíveis são os homens e a mulher geralmente zela dos fazeres domésticos, do cuidado com os filhos e da alimentação da família, isto é, responsabiliza-se pela reprodução da família, trabalho em grande medida invisibilizado.

Essa atitude das jovens do meio rural diante de seus projetos de vida evidencia uma vontade de romper com o papel feminino encarnado pelas mulheres das gerações que as precederam, ruptura que costuma receber o apoio incondicional de suas mães. Isto é, as mulheres na posição social de mães das jovens que migraram para outras localidades com a aspiração de construir um estilo de vida urbano, ao serem questionadas sobre a possibilidade de terem seguido o mesmo caminho das filhas, enunciaram impedimentos sustentados em questões culturais (WAGNER; MARQUES; MENASCHE; 2007, p. 54 -55).

No contexto da agricultura familiar onde estão inseridas as mães e filhas, temos presente o patriarcado, na qual a mulher tem funções subalternizadas nas atividades produtivas, e seu trabalho é considerado como uma ajuda. Conforme Aguiar e Strapassolas (2010, p. 172-173) “o espaço é responsabilidade do homem e mesmo que a mulher atue nele, trabalhando de forma intensa, o seu trabalho é considerado complementar, aparecendo de maneira geral como “ajuda” e não trabalho produtivo propriamente dito”.

Outro aspecto destacado por Aguiar e Strapassolas (2010, p. 168) é que “[...] a falta de autonomia diz respeito a dependência financeira dos filhos em relação aos pais e a utilização dessa condição como mecanismo de controle dos pais sobre os filhos (as), principalmente sobre as filhas”. Para os autores entende-se [...] uma dependência ‘moral’ ou ‘simbólica’ que, muitas vezes, subordina os desejos dos filhos e das filhas a vontade dos pais legitimação da autoridade paterna, impedindo-se de tomar suas decisões e agir conforme o seu discernimento”.

Segundo Abramovay et al (1998), as jovens estão deixando o campo não tanto pelas melhores condições de trabalho na cidade mas pela precariedade das perspectivas, assim como pelo papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores (1998):

[...] a migração das jovens mulheres ocorre durante a juventude, antes que formem família, e que o matrimônio é fator de permanência no meio rural, pois hoje ele não é a única perspectiva para as mulheres, as quais buscam também independência financeira e partem em busca de formação escolar, trabalho e realização pessoal. Isso não significa que não exista expectativa quanto á formação da vida conjugal. Entende-se que as jovens que não vislumbram tal possibilidade estejam priorizando realizações individuais fora da unidade de produção, em detrimento da formação de família (SILVA ; SCHNEIDER, 2009, p. 203).

Desta forma o poder que a autoridade paterna exerce sobre as jovens acaba diminuindo o interesse em permanecer no espaço rural, pois

As relações desiguais de poder são percebidas através de tensões originárias das disputas por visibilidade e legitimidade, que se deparam com o machismo e o patriarcalismo desde a sua forma estrutural, reproduzidos na esfera familiar. A falta autonomia em relação ás decisões na unidade produtiva ainda é uma realidade para os jovens em especial, para as jovens que permanecem no campo, o que reproduz as relações de subordinação dos jovens á figura do pai, chefe da família (CASTRO et al, 2009, p. 154).

Além do papel subalterno designado para as jovens dentro da unidade produtiva familiar, Castro (2009) destaca que a autoridade paterna nas áreas rurais “criam mecanismos de vigilância e controle sobre os ‘jovens’ e especialmente das jovens”. Os rapazes são controlados quanto aos locais que frequentam fora da comunidade rural, e as moças para circular sozinhas, têm de estar em companhia de alguém da família. “Isso não é apenas característica de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto a ‘jovem’ estiver vivendo com os pais”, afirma Castro (2009). Esse controle excessivo dos pais para com a figura das jovens tem gerado reações que repercutem na elevada evasão dos espaços rurais por parte destas.

Em nossa pesquisa, compreendemos que a abordagem territorial é importante para melhor compreendermos três questões/momentos fundamentais da problemática que estudamos. São eles: 1) A questão agrária; 2) a

desterritorialização/reterritorialização envolvendo a problemática da juventude no campo; 3) e a questão de gênero.

Os fatores repulsivos e atrativos, rurais e urbanos, ponderados pelos sujeitos migrantes, são fatores fundamentalmente espaciais. Para as jovens rurais que foram pesquisadas, foi preciso haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que fosse possível elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas produtivas, a carência de infraestrutura (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais. Nesse sentido, a busca por uma mudança pessoal, implica, igualmente, em mudanças espaciais e em âmbito das territorialidades precedentes. A reterritorialização nos espaços urbanos e a formação superior não eliminará, por completo, as relações de gênero existentes no campo. Porém há uma relativa ampliação das liberdades e das autonomias (financeira, de decisões sobre projetos de vida etc.) por parte das jovens e que em alguma medida, as favorecem na ativação de suas territorialidades, incluindo suas práticas de empoderamento. Diante disso a abordagem territorial nos ajudará a entender este fenômeno da migração das jovens.

1.2 Elementos da abordagem territorial para o estudo da juventude rural e do gênero na geografia

O território efetiva-se pela projeção espacial das relações de poder (SOUZA, 2013). Conforme Saquet et al. (2003, p. 10):

O território é produzido espaço temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o 'território nacional' sob gestão do estado nação.

Saquet (2007), destaca que o território é proposto por “(...) relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das atividades cotidianas”. Isso, na visão de Raffestin (1993), assenta-se na “construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade”. Neste mesmo sentido, Raffestin (1993) define o território como uma produção, a partir do espaço.

O poder, enquanto relação social, projeta-se espacialmente nas mais variadas escalas, da microescala da unidade de produção familiar, às macroescalas de planejamento estatal, por exemplo. Em cada escala geográfica, o poder é engendrado através das relações dos homens e mulheres entre si e destes com o espaço apropriado e produzido, forjando as distintas territorialidades. Do Estado ao indivíduo, sustenta Raffestin (1993), somos todos produtores de território, haja vista que o caráter relacional das relações de poder não prescinde da materialidade do espaço. A territorialidade, por sua vez, trata-se da vida de relações que consubstancia cada território.

Diante disso, para Raffestin (1993), a

[...] territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatíveis com os recursos do sistema (p. 160). [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ e a ‘face agida’ do poder (p. 162).

Poderíamos dizer que a territorialidade trata da face vivida, dinâmica do território, isto é, da própria vida de relações que forma cada território. Contudo, como oportunamente destaca Dematteis (2008), a territorialidade não diz respeito meramente às relações dos sujeitos com “seus” espaços apropriados, mas contempla, igualmente, o processo de construção de tais comportamentos.

A abordagem territorial geográfica nos instrumentaliza a apreender a estruturação da sociedade tendo como ponto de partida o espaço apropriado e produzido. Através das relações sociais (portanto, de poder) projetadas espacialmente podemos melhor compreender as características da sociedade em que vivemos, as forças que precisam, necessariamente, explorar e oprimir como condição para reprodução de sua hegemonia nos territórios, mas, também, é possível identificarmos as potencialidades presentes nas territorialidades dos distintos grupos sociais para a construção de relações mais horizontais, tanto do ponto de vista da inclusão social, como ao que se refere ao desenvolvimento de práticas baseadas na sustentabilidade do meio ambiente. Conforme Saquet (2007):

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a

contemplar a (i) materialidade do mundo na vida (SAQUET, 2007, p.183).

Como destacado anteriormente, a modernização da agricultura, intensificada no período da Ditadura Militar ocorrida em 1964 e terminada oficialmente em 1985 no Brasil, e a integração cada vez mais intensa entre a produção agropecuária com os capitais industrial, comercial e financeiro em escalas diversas (regional, nacional e internacional), produziram efeitos ainda mais marcados pela desterritorialização das populações rurais. Uma agricultura sem agricultores, como ressaltam Amin e Vergopoulos (1986), era inaugurada, onde os processos produtivos no campo passaram a imitar a indústria. A melhoria nos sistemas de transporte, comunicação e armazenamento em escala global e a emergência de regimes políticos totalitários, especialmente na América do Sul, igualmente contribuíram para o crescimento desse modelo de desenvolvimento, conhecido como *agrobusiness* ou agronegócio. Da década de 1960 em diante, a população rural diminuiu em ritmo acelerado até o Brasil alcançar nos dias de hoje uma taxa de urbanização de aproximadamente 85% (IBGE, 2010).

Para entender as transformações ocorridas no campo brasileiro Oliveira (2001) vai expor a monopolização do território pelo capital. Nessa concepção, “o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se”. (OLIVEIRA, 2001, p.25). Desta forma criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2001).

O capital avança no campo nos espaços de agricultura familiar⁵ de duas formas: 1) através da “territorialização do capital”; e 2) por intermédio da “monopolização do território pelo capital”. O capital, para Oliveira (2001) só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista, ou seja, a agricultura familiar. 2) Outra forma é que o capital também pode avançar no campo através da “monopolização do território pelo capital” forçando o pequeno produtor a aderir e a se sujeitar ao capital monopolista.

⁵ Conforme o Dicionário da Educação do Campo Neves (2012) assegura que o termo agricultura familiar corresponde a diversas conotações. [...] apresenta-se como categoria analítica, e segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa” (NEVES, 2012). Diante da extensa diversidade de situações históricas sócioeconômicas para identificar de uma forma geral Neves (2012) revela que a agricultura familiar “corresponde à formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas (NEVES, 2012).

A revolução verde desenvolve uma relação social de modo que as famílias produzem para o agronegócio e sejam por ele exploradas, seja pelo setor industrial, seja pelo setor financeiro. Desta forma, diante da ameaça de expropriação e de inviabilização econômica, as famílias se veem compelidas a mudar a sua forma anterior de produção e se tornam cada vez mais dependentes dos mercados, ou seja, esses pequenos agricultores vivem no território, mas são explorados pelo capital. E a revolução verde aparece para que essa agricultura familiar se adeque ao mercado, às demandas da “reprodução ampliada do capital⁶”.

Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar são geralmente os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial. Além disso, decisões econômicas importantes, como o planejamento da produção na propriedade, e a gestão dos bens financeiros da família, são práticas realizadas pelos homens adultos. O modelo de desenvolvimento do agronegócio ativa a territorialidade adulta e masculina em desvantagem da territorialidade feminina, especialmente a jovem, que inscrevem-se, progressivamente, em quadros passivos de territorialidade.

Neste caminho, as jovens rurais se veem afetadas por relações sociais e de poder reprodutoras da “territorialidade passiva” (DEMATTEIS, 2008). Neste mesmo entendimento Dematteis (2008, p. 35) expõe que:

É possível, assim, distinguir-se uma territorialidade passiva e ‘negativa’ que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos, e uma territorialidade ativa e ‘positiva’, que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão. Nestes territórios, vistos como ‘ativos’, a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local.

Demateis (2008) ainda destaca que é possível entender por territorialidade passiva sobre os comportamentos concedidos pelas estruturas de controle, de acordo com expectativas externas, sem se prever que possam agir de maneira própria com

⁶ De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista Bottomore (1988), traz a discussão de Marx que nos demonstra que a “reprodução ampliada do capital” “[...] significa acumulação, ou seja, que uma determinada fração da mais-valia total é empregada para a aquisição de mais capital, variável e constante de modo a aumentar a escala existente”.

ações autônomas. Com a modernização da agricultura ocorreu, paralelamente, a intensificação dos processos de “monopolização do território pelo capital” e os agricultores familiares, camponeses, ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital (financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio. Com isso, intensificaram-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino.

Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando. A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se sobre as dinâmicas produtivas. Esse acontecimento, atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: pelas dificuldades econômicas que aumentaram; e pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta da família passaram a compreender com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, sincronicamente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais. Já na territorialidade ativa os sujeitos locais efetivam papéis e ações configurando, por meio de estratégias de resposta/resistência com relação às imposições de controle, realizando desta forma mudanças e inovações.

Seja pela família, dentro da unidade produtiva, ou ao agronegócio, as jovens rurais se veem duplamente afetadas por uma territorialidade passiva, seja pelo patriarcado ou pelo controle social no campo. Diante da técnica moderna a qual não reproduz uma agricultura com “fisionomia” feminina, a migração das jovens rurais para a cidade e o ensino superior são estratégias para ativarem suas territorialidades, isto é, viverem com maior autonomia, segurança econômica e profissional. É nesse contexto que essas contradições vivenciadas pelas jovens rurais que se coloca o acesso ao Ensino Superior. Elas vão buscar uma profissionalização em nível superior e isso pode representar tanto a possibilidade de retorno ou permanência das jovens, quanto a sua desterritorialização do campo.

CAPITULO 2

TERRITORIALIZAÇÃO DA UFFS E AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS

O nosso recorte espacial de investigação é a microrregião de Erechim/RS, de onde provêm 80% das jovens pesquisadas. Nesse recorte, a condição da juventude rural é produto de processos históricos, identitário-cultural e de ordem econômico-produtivo. Na primeira metade do século XX – momento, até então, onde estavam presentes com maior veemência as territorialidades de grupos indígenas (kainguangues e guaranis) e de caboclos –, o atual recorte da Microrregião de Erechim foi marcado por projetos de colonização envolvendo, sobretudo, descendentes de italianos, alemães e poloneses, destacando-se ainda a formação de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar com produção voltada para alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca, produção de leite e a criação de suínos, avançando atualmente, para a produção agroindustrial integrada como aves, suínos, leite e para a produção de grãos como a soja, milho e trigo. Estas transformações econômico-produtivas ocorreram e ainda ocorrem nos estabelecimentos agropecuários em intensidade variada, concomitante à produção para o autossustento, essencialmente realizados pelo trabalho feminino (ZEIST, 2016).

A Microrregião de Erechim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localiza-se ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, é composta por trinta municípios e abrange uma área de 5.725,5 km² (conforme Mapa 01). Essa microrregião é também conhecida, com regionalização levemente distinta, como Alto Uruguai Gaúcho. Conforme os dados do IBGE, a Microrregião de Erechim representa cerca de 2% da área do estado do Rio Grande do Sul. Ao Norte, faz divisa com o estado de Santa Catarina, pelo Rio Uruguai, à Leste faz divisa com o Rio Apuaê, à Oeste com o Rio Passo Fundo e, ao Sul, com os afluentes do Rio Passo Fundo e Apuaê.

Na Microrregião de Erechim as condições de relevo não permitem uma mecanização plena da superfície agrícola, o que é possível apenas nas propriedades localizadas nas áreas mais planas (CONTERATO; SCHNEIDER, 2006). A formação florestal que tem predomínio na microrregião de Erechim consiste em Floresta Ombrófila Mista. Ao Norte, há a predominância da floresta subtropical marcada pela presença da araucária, enquanto ao Sul, vegetação campestre entremeada com a floresta

subtropical (PIRAN, 2015 apud GABOARDI, 2017). Diante disso, hoje ela apresenta-se devastada devido a extração da madeira no período da colonização e as práticas agrícolas empreendidas pelos (i)migrantes, especialmente após o advento da modernização da agricultura, intensificada na década de 1970 em diante (KOZENIESKI, 2017; GABOARDI, 2017).

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE (2006), a estrutura fundiária da Microrregião de Erechim está baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários. Em 2006, de um total de 19.447 estabelecimentos agropecuários, 91,2% apresentavam estratos de área com menos de 50 hectares. O maior número de estabelecimentos agropecuários concentrava-se nos estratos de área entre 10 a menos de 50 hectares. Conforme destacam Gaboardi e Eduardo (2015), em comparação com o Censo Agropecuário de 1995, observam-se algumas transformações importantes na estrutura fundiária microrregional. Em, aproximadamente, dez anos, 1.160 estabelecimentos agropecuários deixaram de existir. Em 1995, havia 20.607 estabelecimentos. Os estratos entre 10 a menos de 50 hectares foram os que sofreram as maiores diminuições: com redução de 1.398 estabelecimentos entre 1995 e 2006, ou seja, 10% de diminuição nos estratos mencionados.

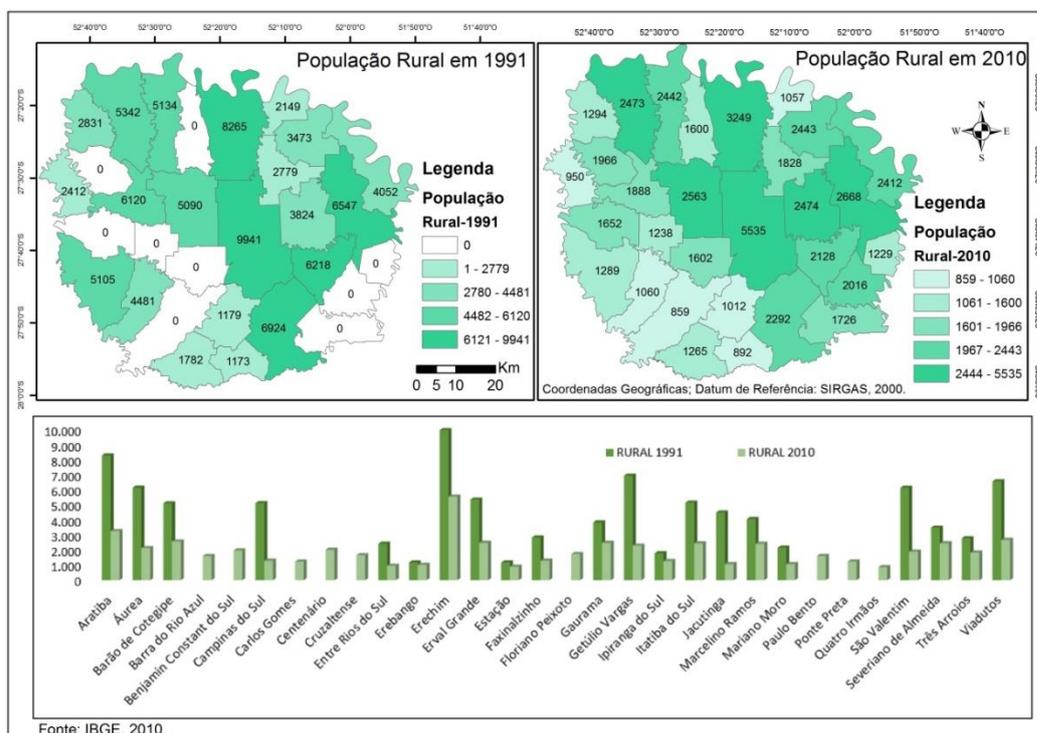
Diante disso, é possível identificar o fenômeno da desterritorialização de parcela significativa da população rural, intensa em toda área de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul e, particularmente, no nosso caso, na região onde situa-se o campus da UFFS-Erechim. Conforme o estudo de Gaboardi e Eduardo (2015), a desterritorialização da população rural continua latente nas duas últimas décadas. Segundo os censos demográficos do IBGE (1991 e 2010), a população residente na Microrregião de Erechim/RS (30 municípios) no ano de 2010 era de 211.653 habitantes, dos quais 57.102 residiam no espaço rural. Importante destacar que entre os anos de 1991 e 2010, a microrregião de Erechim perdeu em torno de 40% de sua população rural. Por outro lado, sua população urbana aumentou os mesmos 40%, concentrando-se principalmente no município de Erechim, cidade polo da microrregião.

Os municípios da microrregião perderam parcela significativa de sua população rural em seu período recente. Quanto aos jovens, ainda segundo os Censos Demográficos do IBGE, entre 1991 e 2010 Erechim foi o único município de sua microrregião geográfica a ter acréscimo (em aproximadamente 27%) de sua população

jovem total. Os demais 29 municípios da microrregião de Erechim perderam população jovem entre 15 e 29 anos (gráfico 01). Dos 21 municípios com dados entre os períodos dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2010, 14 perderam sua população jovem total em mais de 30%. Alguns municípios como Áurea, Aratiba, Campinas do Sul, Itatiba do Sul, São Valentim e Viadutos, tiveram redução em mais de 50% de sua população jovem total nas duas últimas décadas.

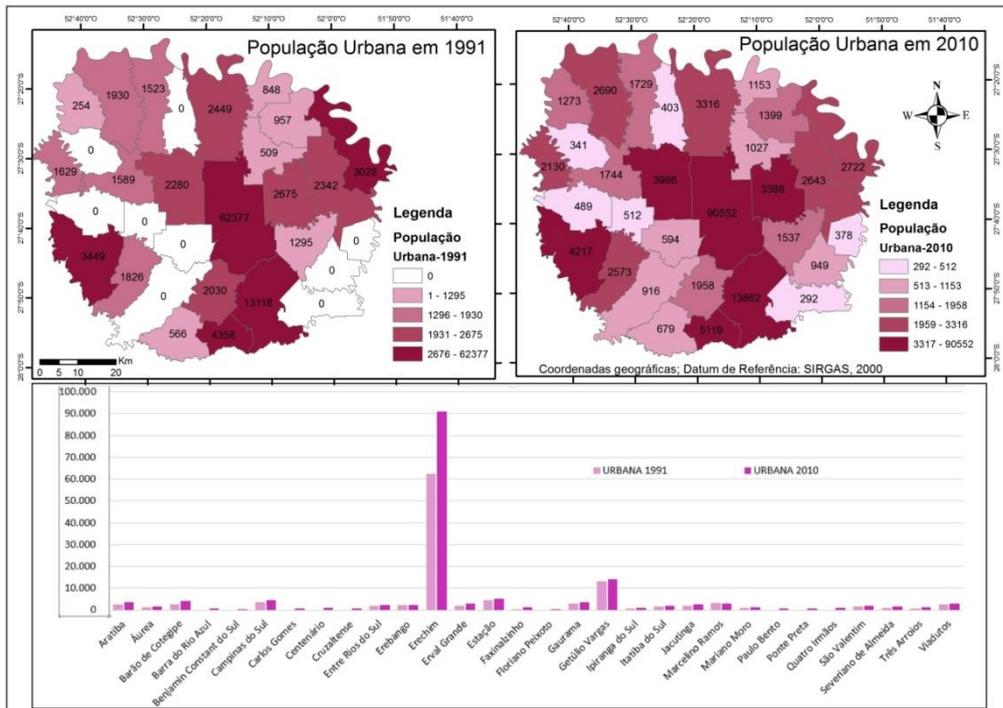
A população jovem rural, por seu turno, é a que mais tem se evadido nos distintos municípios da microrregião de Erechim (mapa 02): em média 62% nos 21 municípios com dados disponíveis entre 1991 e 2010. Em Aratiba, Áurea, Campinas do Sul, Entre Rios do Sul, Getúlio Vargas, Jacutinga, São Valentim e Viadutos houveram reduções ainda mais significativas, com mais de 70% de evasão dos jovens rurais.

Mapa 02: Variação da População Rural entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim



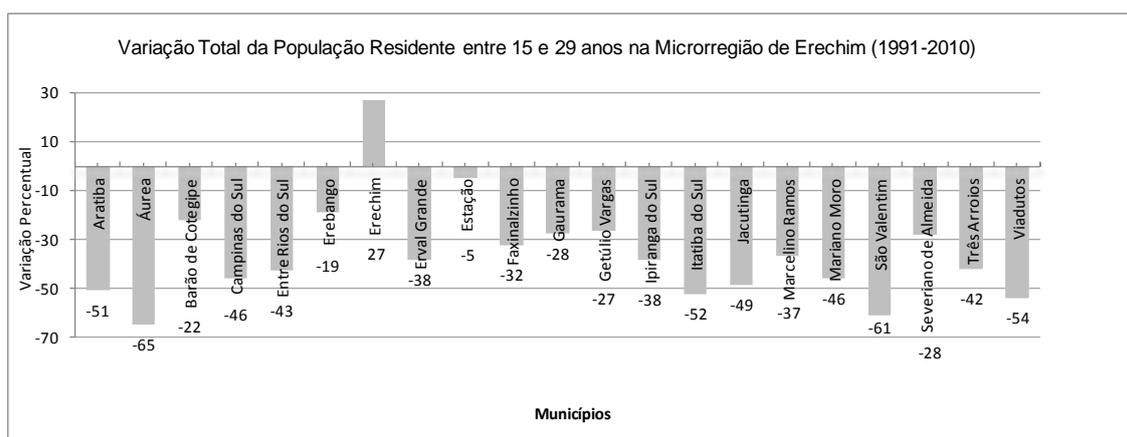
Organização.: REIS, J. 2017. Obs.: Os municípios faltantes não apresentaram informações.

Mapa 03: Variação da população urbana na microrregião de Erechim de 1991 e 2010.



Organização: REIS, J.T, (2017).

Se considerarmos nos dados do Censo Demográfico do IBGE (1991 e 2010) a divisão juvenil por sexo, no que tange à população masculina, de 13.671 jovens entre 15 a 29 anos residentes no meio rural ano de 1991, houve redução para 6.151 no ano de 2010. Já, a população feminina referente a essa mesma faixa etária, de 11.799 jovens mulheres residentes no espaço rural no ano de 1991, reduziu para 5.302 no ano de 2010. Os dados são expressivos, pois retrata na uma redução de mais de 50% de população jovem, tanto masculina como feminina, no período.

Gráfico 01

Título: Variação Total da População Residente entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim. Fonte (IBGE, 1991 e 2010). Org.: Gaboardi e Eduardo (2015). Obs.: Os municípios faltantes não apresentaram informações.

Tais dados colocam em evidência o agudo problema da sucessão na agricultura familiar regional, preponderante no recorte da “Fronteira Sul” e na Microrregião de Erechim e esse problema atinge especialmente os jovens rurais.

Diante destes dados e considerações, é possível ponderarmos sobre as profundas transformações que a agricultura familiar tem passado nas últimas décadas. E essas mudanças são importantes, pois têm colocado em xeque o próprio futuro da agricultura familiar na região, pois o trabalho no campo é pouco valorizado, há dificuldades em ter acesso a renda advinda da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma expectativa positiva para sua atuação profissional e ascensão pessoal.

Assim, conforme apontam Gaboardi e Eduardo (2015), a análise dos dados referentes a evolução da estrutura fundiária na Microrregião de Erechim, nos dois últimos Censos Agropecuários, apontam para a ocorrência de processos simultâneos de minifundização e de concentração fundiária. A estrutura fundiária da Microrregião de Erechim, caracterizada pelos pequenos estabelecimentos agropecuários, devido ao processo de desterritorialização rural, principalmente dos jovens e das mulheres, é produto das consequências da Revolução Verde. Diante disso, ao estudarem o processo de modernização da agricultura, Eduardo e Gaboardi (2013) declararam que, na microrregião de Erechim:

[...]este processo iniciou-se em meados da década de 1960, caracterizando-se principalmente pelo crédito agrícola abundante, uso intensivo de insumos industriais e melhoramentos genéticos. Já na década de 1970 pode-se perceber uma importante especialização

produtiva regional baseada nas culturas temporárias de soja, milho e trigo, reflexo das políticas postas em curso para promover a referida modernização da agricultura.

A modernização da agricultura provocou mudanças na forma de produção, pois elas se alteraram e constituíram uma série de dilemas para os agricultores familiares da região, os quais em meio à subordinação e a exploração ao modelo de desenvolvimento agronegócio⁷.

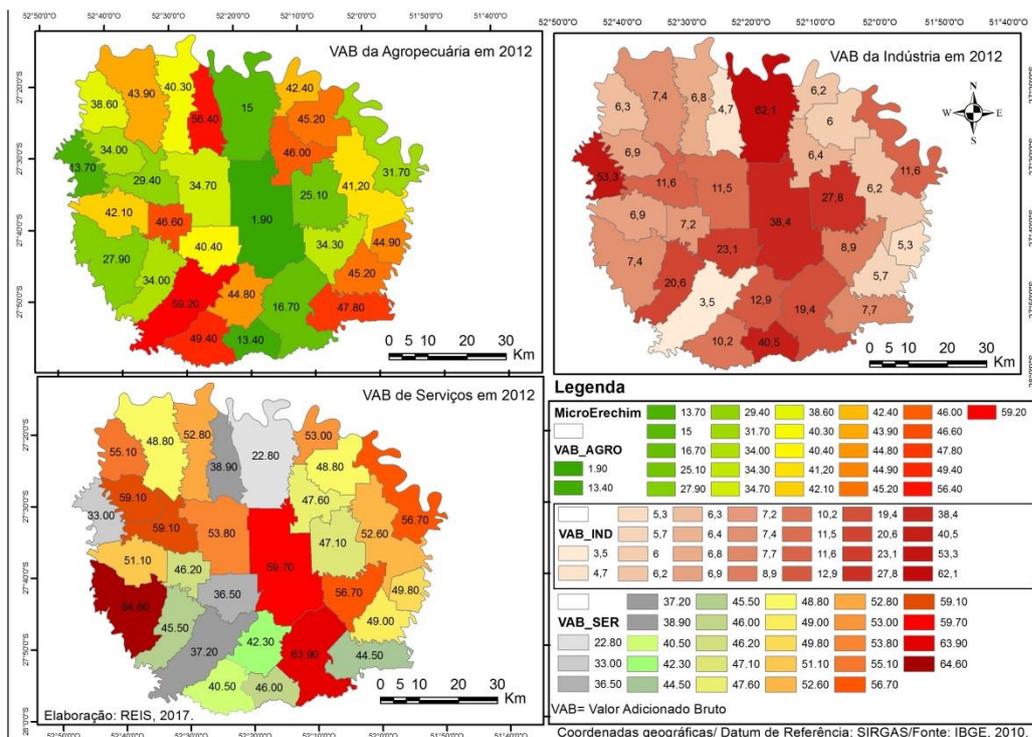
Na década de 1980, Gaboardi e Eduardo (2015) vão revelar através de suas pesquisas, que há uma mudança significativa na produção regional de grãos: a soja supera o milho como principal cultura. Estes, respectivamente representam 53,80% e 41,34% da produção de grãos. Os autores ainda reforçam que a produção de soja aumentou dez vezes em apenas uma década e a produção do trigo, que em 1970 figurava como o segundo grão mais importante, em 1980 situava-se como o terceiro, com apenas 2,52%. Eles demonstram que em números absolutos, a produção caiu mais de cinco vezes nos mesmos dez anos.

Assim, a soja e o milho passaram a ser os principais produtos a serem cultivados nas lavouras temporárias da Microrregião de Erechim. Essa transformação segundo Gaboardi e Eduardo (2015) fez com que outras culturas passassem a ser cada vez menos cultivadas e valorizadas, conseqüentemente, a diversidade produtiva que é característica da agricultura camponesa, foi desgastando-se. Desta forma diversas espécies vegetais foram se perdendo, como é o caso da batata doce, amendoim, cana-de-açúcar, mandioca, entre outras.

Além da produção de grãos, Gaboardi (2017) afirma que os dados do IBGE, compilados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), demonstram que a agricultura na Microrregião está cada vez mais moderna e capitalista. A produção de animais criados confinados, como frangos e suínos aumentou significativamente nos últimos vinte anos. A criação de frango se destaca principalmente pela grande demanda de exportação, isso devido à conseqüente técnica

⁷ Conforme o dicionário de educação campo, Leite e Medeiros (2012) destacam que o termo de Agronegócio, é de uso relativamente recente em nosso país se refere com a noção de *agrobusiness*. Os professores norte-americanos Davis e Golaliberg (1957) revelam que esse termo agronegócio “foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial. No Brasil o vocábulo *agrobusiness* foi criado para ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura que se intensificou nos anos 1970 (LEITE e MEDEIROS, 2012).

de criação intensiva em aviários. Estes animais podem ser abatidos em aproximadamente trinta dias, essas consequências são resultados de uso de ração balanceada e o controle de iluminação, umidade e temperatura entre outras tecnologias ligadas ao sistema de crédito Gaboardi (2017).



Elaboração: REIS, J., 2017.

Assim, segundo Oliveira (2007), ocorre a “monopolização do território pelo capital”. O capital se apropria do território camponês, tomando o controle da produção familiar, por meio de diferentes mecanismos (como a inserção de cooperativas de produção de aves e suínos) submetendo o pequeno produtor ao interesse do capital. Desta forma, fica visível como a técnica introduziu mudanças na agricultura e nas relações sociais do campo. Na Microrregião de Erechim, o capital tem evoluído monopolizando o território do pequeno produtor rural, submetendo as famílias agricultoras à territorialidade do modelo de produção do agronegócio, principalmente na produção de grãos (soja, milho, trigo) e na produção de animais (aves e suínos). Com o acirramento da produção convencional de grãos na microrregião de Erechim, tem levado os produtores rurais, e principalmente os jovens, a se desterritorializar do campo.

A monopolização do território pelo capital acirra a questão agrária, produzindo dificuldades econômicas e elevando a subordinação da agricultura familiar ao capital e inviabiliza a permanência de um número expressivo de agricultores atingindo

principalmente os jovens. A técnica “moderna” também intensifica o problema do gênero no campo reduzindo o protagonismo feminino e com isso fazendo com que no campo se torne cada vez mais passiva a territorialidade das mulheres, principalmente as mais jovens. Esse processo aponta para fatores repulsivos no campo de ordem econômica e sócio cultural. Para muitos jovens é necessário haver um rompimento com essa territorialidade para que seja possível ativarem as suas territorialidades e superaram esses problemas do gênero no campo. E para a jovem não fazer mais parte desta territorialidade cotidianamente que oprime e dificulta a vida no campo, ela precisa se reterritorializar, ou seja para romper com a territorialidade passiva no meio rural a jovem precisa desterritorializar-se para ativar sua territorialidade no meio urbano. Saquet (2007) comenta que a desterritorialização e a reterritorialização fazem parte do mesmo processo. Com a migração das jovens rurais não quer dizer que elas não sofreram, mais com os problemas de gênero, isso não será superado, outros problemas de gênero qualitativamente distintos acompanhará muitas vezes a vida cotidiana das jovens.

A técnica possui uma intencionalidade que reproduz determinadas relações sociais e de poder, que é o caso da técnica de agricultura chamada moderna que potencializa ainda mais o papel de protagonista do homem no campo e reduz o papel da mulher na agricultura, historicamente atrelado à policultura e adaptando técnicas e manejos às realidades dos distintos agroecossistemas⁸. Essa técnica moderna de agricultura se dá em grande escala, como na produção de grãos, isso implica na redução da diversidade produtiva, legado histórico das mulheres, pois essa nova tecnologia induziu mudanças nas relações sociais e de poder dentro das unidades produtivas familiares, além disso, os jovens no campo foram afetados pela técnica moderna de agricultura, uma vez que eles não tinham como trabalhar, pois as máquinas e as novas dinâmicas produtivas substituíram o trabalho manual, ao passo que, com a intensificação das novas formas de produzir, elevaram-se os custos de produção e foram pressionados pelo baixo preço dos produtos, inviabilizando economicamente muitas famílias agricultoras. Porto-Gonçalves (2006), vai expor que:

⁸ Segundo o Dicionário da Educação do Campo, Monteiro (2012) revela que para a ciência da agroecologia o conceito de agroecossistema “é a unidade básica de análise e intervenção”. Isso quer dizer que a agroecologia fomenta as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, afim de que eles sejam “produtivos e sustentáveis” (MONTEIRO, 2012).

A evolução da tecnologia no mundo moderno-colonial não se conta somente observando a relação dos homens e mulheres com a natureza, campo privilegiado da razão técnica, mas sim, analisando-se o conjunto dos desafios histórico-políticos colocados em situações bem concretas, onde a relação do capital para controlar a natureza do processo de trabalho, pressupunha o controle do próprio trabalhador e seus corpos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 78).

Porto-Gonçalves (2006, p.78) destaca ainda que essa substituição do trabalho manual pelo trabalho morto exercido pelas máquinas é mais do que uma mudança técnica, é uma mudança nas relações de poder por meio da tecnologia.

Essas transformações na agricultura desencadeadas pela técnica moderna elevam a hegemonia masculina no campo, invisibilizando o trabalho feminino que é considerado como ajuda dentro do estabelecimento familiar, as mulheres e os jovens ficam responsáveis por atividades vistas como menores e que não geram uma renda importante. Diante disso, o meio rural não se torna um espaço atrativo para os jovens e para as jovens residirem, eles vão buscar no meio urbano oportunidades de trabalho que atendem a suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural etc. Trabalho que lhes garanta autonomia e relativa segurança econômico-profissional, que permita acesso a bens de consumo e serviços, festas e outras atividades, e por outro lado, pode representar a autonomia que elas não conseguem trabalhando com os pais, os jovens sofrem com a resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos, desta forma a identidade de agricultora são às vedados às jovens. A dificuldade econômica da maioria dos estabelecimentos agropecuários e a dificuldade que as moças enfrentam para obter recursos monetários, ao menos para atender às suas necessidades pessoais, é um indicativo que faz com que elas migrem para a cidade em busca de trabalho e renda. O mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio, apresentam às moças novas experiências para além do papel tradicional de mãe e esposa.

Além disso, a migração dos jovens do campo e, principalmente, das jovens, está muito envolvida com o convívio familiar, com questões na escala da microterritorialidade⁹, engendradas no estabelecimento agropecuário, pois o patriarcado e o adultrocentrismo desestimulam a permanência das jovens no campo, pois elas não

⁹ Compreendemos por microterritorialidade nesse caso a escala da territorialidade das jovens rurais circunscrita à unidade de produção e de vida nessa escala são as relações intrafamiliares, com os pais irmãos e parentes que residem com a jovem, associadas às dinâmicas produtivas, que darão base para as questões de gênero em suas especificidades.

conseguem executar as suas vontades, incluírem-se democraticamente nas decisões da família ou provocar mudanças importantes na forma de produzir, por estarem sempre a mando dos pais e pela família estar subordinada a um modelo de desenvolvimento hegemônico. No caso das nossas pesquisadas, o acesso ao ensino superior tem sido uma rota de fuga das jovens para romper com esses problemas existentes no campo e para projetarem outros projetos de vida possíveis.

Esse processo de desterritorialização das jovens do campo produz, ainda um “efeito bola de neve”, na medida em que a saída de uma parcela significativa de jovens do campo vai influenciar na decisão futura de migrar por parte de outros jovens rurais. Com a evasão juvenil do campo, diminui a interação entre os jovens rurais e cada vez mais o meio rural se torna um lugar não atrativo de vivência para uma parcela significativa de jovens, porque há dificuldade de uma inclusão econômica e a uma diminuição drástica no convívio social entre a juventude do campo como exemplo disso: a redução de atividades de lazer, dificuldade de arrumar parceiros afetivos, fazendo com que o ocorra cada vez mais o celibato no campo.

Os jovens que migraram para a cidade são espelhos e influenciadores para os jovens que ainda permanecem no meio rural. O jovem do campo percebe a aquisição de salários e bens que outros jovens que migraram agora possuem. O desinteresse dos jovens pelo campo está envolvido com o estigma de inferiorização que até mesmo nesta região que é predominantemente rural percebem os estereótipos usados para identificar os jovens do campo taxando como colonos, atrasados, mal vestidos, que exercem um modo de trabalho sujo. Isso muitas vezes acaba reprimindo vezes os sujeitos do campo, conforme a própria vivência da autora.

2.1 UFFS: um fator atrativo para as jovens de origem rural

A escolha das jovens rurais que estudam na Universidade Federal da Fronteira Sul, aconteceu por ser uma instituição que tem como objetivo, desde a sua criação, a inclusão social das pessoas que até então estavam excluídas do acesso ao ensino superior, e pela insistência do Movimento Pró Universidade Federal.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, iniciou suas atividades letivas no ano de 2010. Está inserida nos três estados da região Sul do Brasil, no recorte de abrangência da “Mesorregião Grande Fronteira Mercosul” – classificação regional do Ministério da Integração

Nacional. Portanto, traduz-se em uma instituição multicampi e interestadual situada, mais especificamente, no Norte-Noroeste gaúcho (campi Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim), no Oeste catarinense (campus Chapecó) e no Sudoeste/Centro-sul paranaense (campi Realeza e Laranjeiras do Sul).

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada com uma proposta de multicampi, é fruto da mobilização social por parte de representantes de esferas populares da sociedade localizados nas porções oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A articulação entre essas representações denominou-se “movimento pró-universidade” cuja composição aliou-se na busca por dispositivos para combater as desigualdades sociais. Nestas lutas reivindicatórias, os estudos de Eduardo (2017) apontam para os movimentos sociais do campo (como os movimentos da Via Campesina brasileira) e da cidade, movimentos sindicais da agricultura familiar nas lutas reivindicatórias, movimentos sociais do campo (em especial os movimentos da Via Campesina brasileira) e da cidade, movimentos sindicais da agricultura familiar (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FETRAF-SUL) e dos trabalhadores urbanos, entidades de apoio à agricultura camponesa agroecológica (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, entre outros), agricultores, partidos políticos, prefeituras municipais e municípios das diversas cidades situadas em grande parte na faixa de fronteira brasileira com a Argentina.

Foto 01

Foto 01: Vista parcial para o bloco A e vista parcial para o bloco dos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul. Fonte: Assessoria de comunicação da UFFS- Campus Erechim.

O motivo pelo qual foram implantados os campi da UFFS em cidades da região do Sul do Brasil, foi pelas características comuns entre as cidades como: o processo de colonização por migrantes europeus, pequeno estabelecimento agropecuário aliado a agricultura familiar, importância da agricultura para a economia, o carácter de interiorização, por estarem situadas em áreas interioranas e pelo seu baixo índice de desenvolvimento. E a concepção de trazer uma universidade diferente, com característica “popular”, vislumbrou romper com a histórica exclusão da classe trabalhadora ao ensino superior público e contar com uma instituição capaz de produzir conhecimentos que visassem enfrentar tais problemas estruturais da “região” como o êxodo rural, a desigualdade social, a pobreza rural, monopolização do território pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio e problemas ambientais consequentes do modelo de agricultura convencional.

Assim, Eduardo (2017) destaca que é importante mencionar que na área de abrangência da UFFS estão localizados diversos Territórios Rurais e Territórios da

Cidadania, o que evidencia o quadro de vulnerabilidade social de seus habitantes, em particular os do espaço rural.

O Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS instrui para os temas referentes a questão agrária regional que a UFFS visa enfrentar, são eles: a falta de valorização da agricultura familiar a qual encontra-se afetada pela territorialidade do agronegócio, a necessidade de pesquisa para subsidiar as ações dos movimentos sociais, também a necessidade de políticas públicas que contenham o êxodo rural e urbano nos pequeno municípios, principalmente o êxodo dos jovens do campo, e que permita apontar possibilidades para o desafio da sucessão na agricultura familiar e coloque em questão a temática do gênero, também quanto ao desafio da transição agroecológica da região, além disso o desenvolvimento de pesquisas que desvelam os quadros de vulnerabilidades no campo e na cidade, também para o aprofundamento do conhecimento e ações em âmbito da educação no campo no recorte de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Dessa forma, fica evidente as propostas que a UFFS oferece, além dos sistemas de cotas existe também ingressos diferenciados para atender Públicos (indígenas e haitianos e das diversas orientações sexuais).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi relevante, na escolha das jovens rurais que estudam na UFFS campus/Erechim, o contexto histórico de criação da instituição, a qual demonstrou como argumento que as universidades tradicionais produzem conhecimento para dar apoio aos pacotes tecnológicos. Além do mais, o Movimento assegura que a universidade seria uma oportunidade de acesso aos filhos de agricultores da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. É com esse intuito que analisar o fenômeno da desterritorialização das jovens mulheres filhas de agricultores que tiveram a oportunidade de acesso ao ensino superior público. Considerando que a educação no Brasil sempre esteve ao alcance de uma pequena parcela da população, ainda mais quando se refere à educação superior, que privilegiava o acesso das populações com maior poder aquisitivo. Com isso, a luta dos movimentos sociais para a criação da universidade, para atingir uma a região que historicamente invisível pelo poder público, especialmente no que se refere ao ensino superior (UFFS, 2010).

A universidade é um fator atrativo para as jovens rurais, pois isso representa que as jovens deixam o espaço rural para residir no espaço urbano, o que as coloca em contato com atrativos e facilidades (comércio, serviços). Uma vez que migrar para cidade, segundo Carneiro (1999, p. 112), “significa construir a sua individualidade,

descobrir e realizar seus desejos e projetos como, por exemplo, ter acesso a bens de consumo inexistentes no campo [...]” (basicamente relacionados ao lazer: cinema, diversão noturna etc.). Considerando que para algumas jovens rurais pesquisadas, foi necessário residir próximo ou no próprio município de Erechim, para assim facilitar a locomoção até o Campus.

Foto 02



Título: Vista parcial para o bloco dos professores e vista parcial para os laboratórios da Universidade Federal da Fronteira Sul. Fonte: Assessoria de comunicação da UFFS- Campus Erechim.

Foto 03



Título: Vista para o Restaurante Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul. Coloque no início da discussão sobre a UFFS. Fonte: Assessoria de comunicação da UFFS- Campus Erechim.

Para mudar de vida, a dimensão espacial, geográfica, é muito importante, porque as jovens tiveram, necessariamente, que passar por processos de desterritorialização e reterritorialização para que pudessem ativar suas territorialidades no espaço urbano, ou seja, elas deixaram de pertencer ao território do campo e se reterritorializam na cidade e a UFFS que está na cidade de Erechim, é um atrativo por conta das disponibilidades relativas de emprego, serviços, pela construção de autonomias relativas na busca pela ativação de territorialidades. Na visão da autora deste trabalho as jovens precisam sair do campo para estudar, para buscar uma profissionalização que garanta a elas uma vida com mais autonomia, com mais liberdade e relativa segurança financeira.

Nesse sentido, a conquista de ter autonomia financeira através do trabalho, de um projeto profissional fora da unidade de produtiva, é um passo para a conquista de autonomia em relação à família, principalmente, em relação à autoridade paterna.

CAPITULO 3

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS JOVENS RURAIS E O ACESSO AOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS ERECHIM

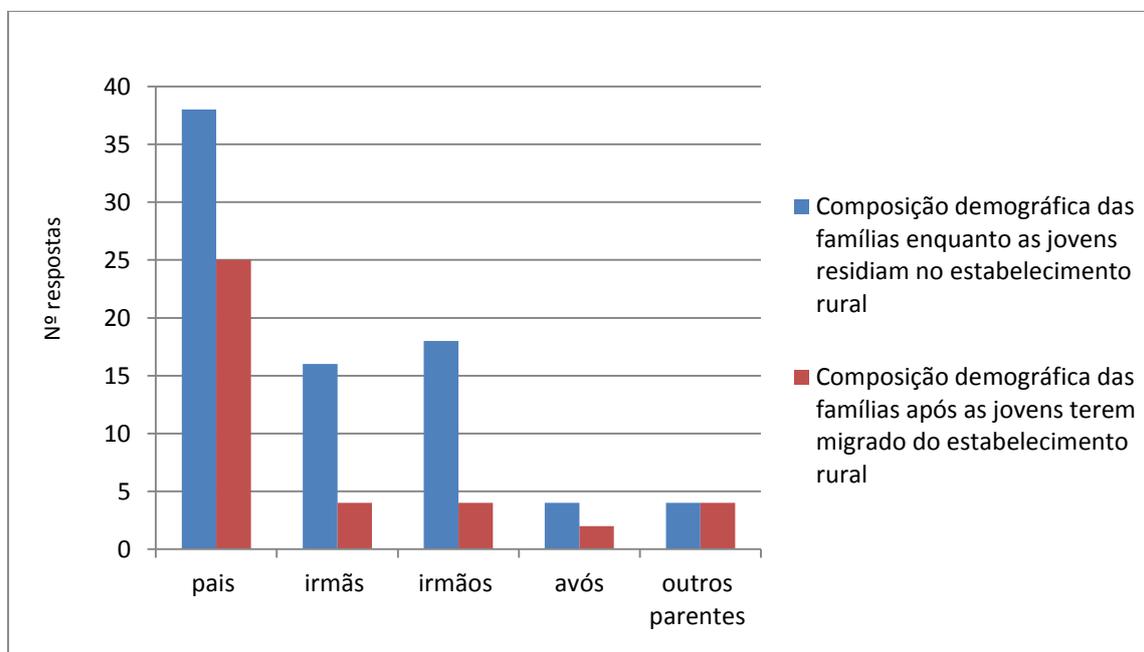
Para analisar o que permeia a migração das jovens rurais que estudam no Campus Erechim da UFFS, tivemos como base de dados um questionário aplicado, cujos resultados foram utilizados para caracterizar as jovens rurais, sua procedência étnica-locacional, aspectos das relações sociais, o contexto em que estão inseridas, bem como seu anseio referente ao trabalho na unidade produtiva familiar em que as jovens residiam e também as perspectivas diante da formação no curso de graduação.

Identificamos e entrevistamos 21 discentes, licenciandas nos cursos noturnos da UFFS, campus Erechim, que se enquadraram no perfil pretendido, a saber, todas jovens que migraram do campo para a cidade. Duas entrevistadas, atualmente, têm mais de trinta anos (34 e 39 anos), porém, evadiram-se do campo no período em que eram jovens, portanto estão contempladas em nossa pesquisa. A média da idade das entrevistadas ficou em 23 anos (duas entrevistadas que não identificaram a idade). Os cursos em que encontram-se matriculadas na instituição são: Geografia (07), História (05), Pedagogia (06), Ciências Sociais (02) e Filosofia (01). Quanto a origem étnica das jovens há preponderância da italiana, contendo 15 jovens, seguida pela ascendência polonesa com 4 jovens e brasileira 1 jovem. Quase todas as entrevistadas nasceram no Rio Grande do Sul, exceto uma, que migrou do estado de Mato Grosso do Sul. De 20 respostas obtidas, 16 informaram terem residido no espaço rural de municípios da microrregião de Erechim. Em sua maioria, as jovens saíram do campo em idades que variaram entre 1 e 19 anos e a média de idade em que migraram do campo ficou em 14,5 anos. mas se nós tirarmos as jovens que ficaram destoantes das outras médias com idades de 1, 4 e 5 anos, o valor da média de idade aumentaria para 16, 4 anos. A idade em que as jovens tem migrado do campo, possivelmente tem a ver com o fato delas ficarem no campo até o momento de conclusão do ensino básico.

No gráfico 02, apresentamos a estrutura demográfica das famílias antes e após as jovens terem migrado dos estabelecimentos agropecuários. No campo pais referia-se a pai e mãe que residiam no estabelecimento e as jovens poderiam assinalar conforme o a

quantidade de integrantes na família. Fica visível a redução do tamanho das famílias. A média de pessoas por família era de 4 e, ao longo do processo migratório que atingiram as jovens (e outros parentes), a média de pessoas por família diminuiu para 1.95, ou seja, a média é menos que duas pessoas por família, então tem casos que nem o casal mora mais no campo, representando uma redução de, aproximadamente, 50% do contingente populacional em âmbito das famílias estudadas. A sucessão na agricultura familiar por parte desse universo está claramente comprometida. Atualmente restam 4 jovens mulheres e 4 jovens homens em âmbito das 21 famílias das jovens estudadas. Igualmente, a redução do contingente de familiares “pais” nos estabelecimentos foi de 34%.

Gráfico 2



Título: Composição demográfica das famílias das pesquisadas. Fonte: Entrevistas. Autor: Bordulis (2016 /2017)

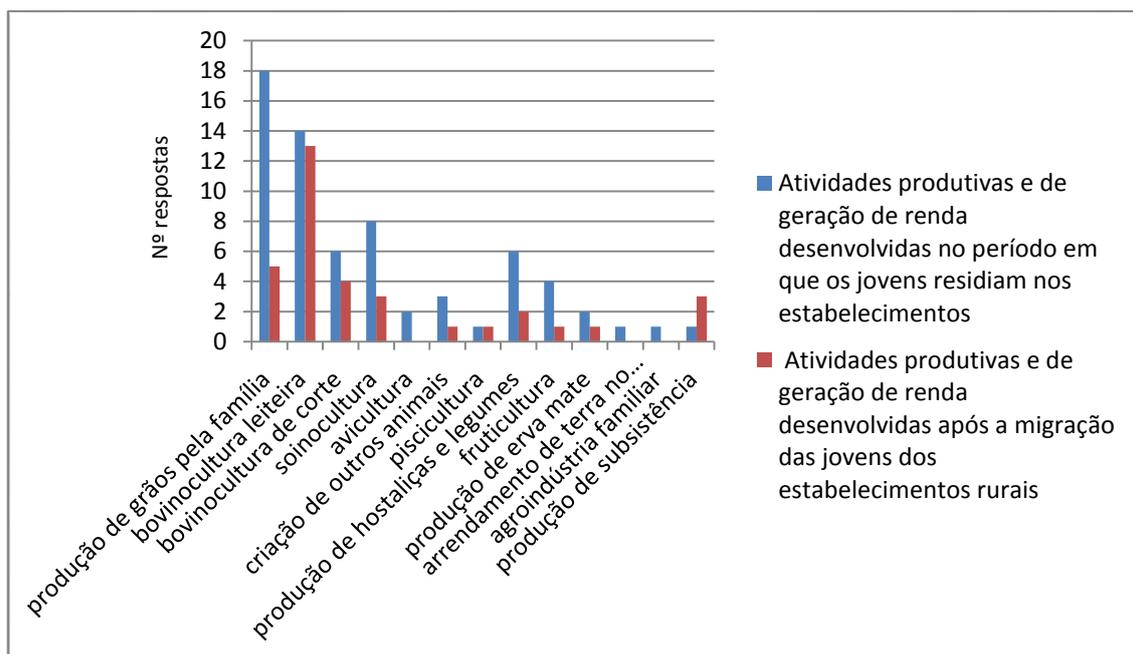
Com relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, 21 entrevistadas precisaram as informações: 43% dos estabelecimentos possuíam até 10 hectares. Desses, 28% possuíam até 5 hectares. O menor estabelecimento e o maior, respectivamente, continham 2 e 60 hectares. As menores áreas tem uma participação importante do total dos estabelecimentos. Todos, porém, enquadram-se como estabelecimentos de agricultura familiar, conforme lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Sobre a topografia dos estabelecimentos agropecuários, 80% das entrevistadas consideraram as terras que residiam parcialmente plana/parcialmente mecanizável, 9.5% afirmaram ser planas/totalmente mecanizáveis, 5% assinalaram ser movimentadas e 5% assinalaram ser altamente movimentadas. Sobre os implementos e maquinários utilizados, 31.5% das entrevistadas afirmaram ser próprios, 37% alugados e outras entrevistadas destacaram, cerca de 31.5%, serem os maquinários próprios e alugados.

Quanto às atividades produtivas e de geração de renda nos estabelecimentos agropecuários, representadas no (gráfico 03) fica evidente as mudanças nas dinâmicas produtivas com a desterritorialização de porções importantes dos membros de cada família. Se excetuarmos a produção de subsistência, todas as outras atividades econômicas reduziram e uma manteve-se igual. As maiores reduções foram apontadas para a produção de grãos pela família, para a suinocultura e para a produção de hortaliças e legumes. Esses dados nos levam a considerar que, por parte dessas famílias, ocorreu uma redução significativa das atividades econômicas em função das migrações ao invés do que geralmente é especula-se: a elevação da composição orgânica do capital e a substituição da força de trabalho por manejos e técnicas modernas de produção. Notadamente, essas famílias estão diminuindo suas funções agropecuárias e, considerando a desterritorialização dos membros das famílias, o êxodo para as cidades, há um declínio da agricultura familiar sinalizando para um horizonte de derrocada desse modo de vida e modelo de agricultura. Curioso é o fato que não se confirmou a prática do arrendamento para terceiros nas terras das famílias das entrevistadas.

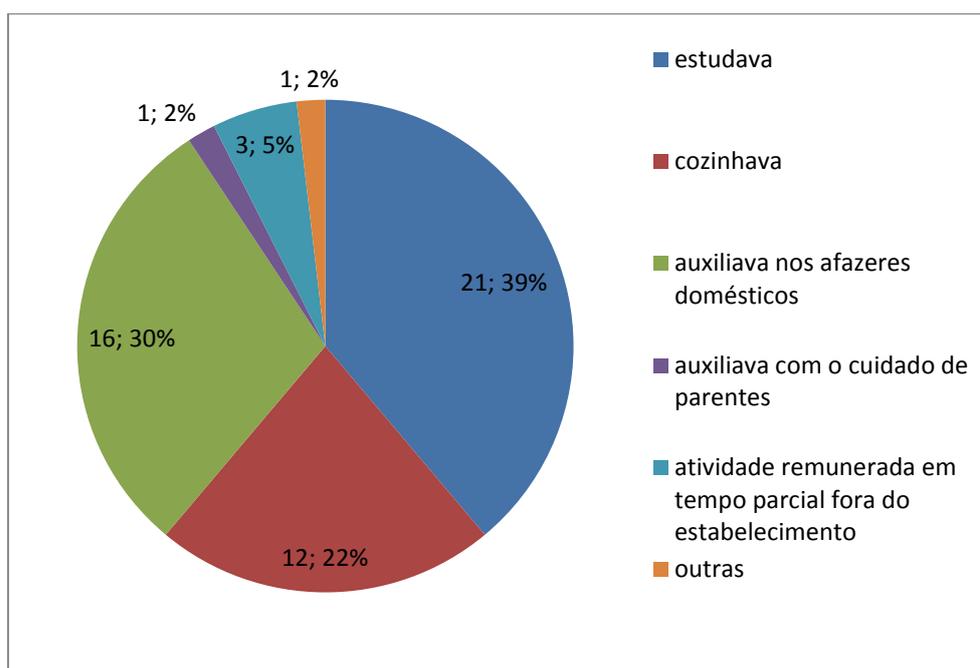
Podemos entender que as dificuldades econômicas apontadas pelas jovens enquanto elas moravam nos estabelecimentos agropecuários estão envolvidas com a 1) pouca área de terra; 2) pela produção convencional de grãos; 3) pela topografia dos estabelecimentos onde 80 % das entrevistadas consideraram as terras que residiam ser parcialmente plana/parcialmente mecanizável; 4) os equipamentos utilizados na agricultura na grande maioria eram alugados. Através destes dados fica evidente as dificuldades vividas pelas jovens e pelas suas famílias, pois em pouca área de terra a família produzia em grande medida grãos, em uma área que era parcialmente mecanizável e ainda dependia de maquinários alugados para realizar as práticas produtivas, nessas condições mencionadas acima a produção convencional de grãos se torna inapropriada.

Gráfico 03



Título: Atividades produtivas e de geração de renda nos estabelecimentos agropecuários antes e após a migração das jovens rurais. Fonte: Entrevistas. Autora: Bordulis (2017).

As jovens pesquisadas, conforme representado no gráfico 04, assinalaram, em razão de importância, que estudavam, auxiliavam nos afazeres domésticos e cozinhavam quando ainda residiam no espaço rural, pois é uma tarefa executada geralmente pelas mulheres, mães e filhas. Como destaca Brumer (2004, p. 211-212), “[...] as mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas mulheres filhas, quando têm outra atividade”. Se considerarmos a média de idade em que as jovens migraram, a escolarização no ensino básico é um fator que influi na permanência relativa das jovens nos estabelecimentos. Além de estudar, 22,2% das jovens assinalaram cozinhar no estabelecimento em que residiam e 30% das jovens mencionaram auxiliar suas famílias nos afazeres domésticos: estes dois últimos aspectos sinalizam para a divisão sexual do trabalho, algo recorrente nos estabelecimentos de agricultura familiar.

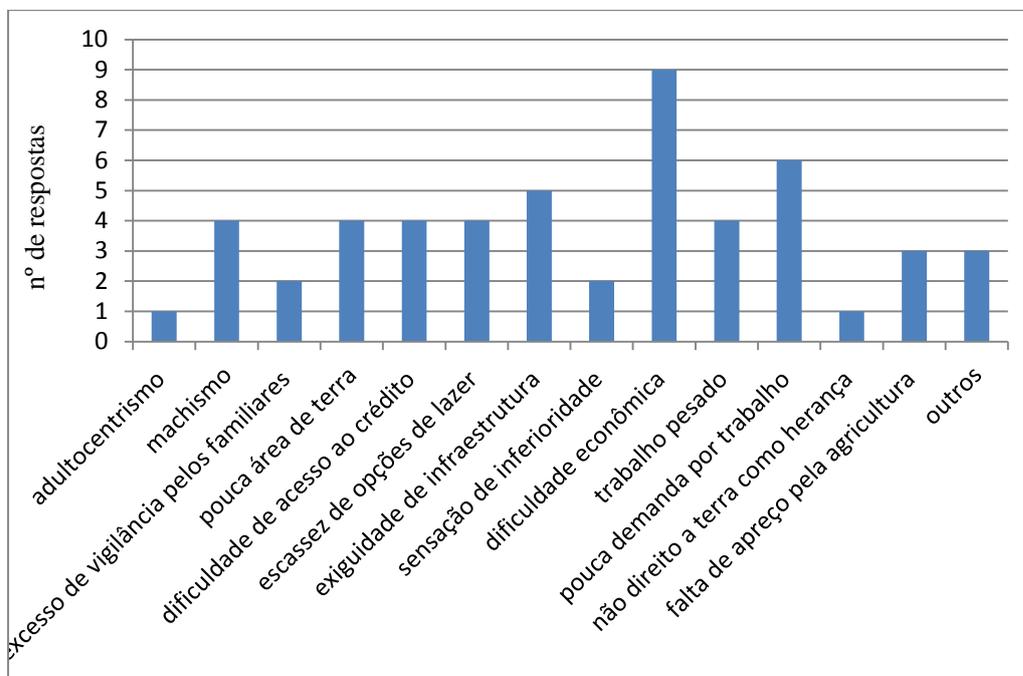
Gráfico 04

Título: Outras atividades desenvolvidas pelas entrevistadas na época em que residiam no estabelecimento agropecuário (Nº respostas e percentual). Fonte: Bordulis (2016/ 2017)

Quanto aos fatores repulsivos que influenciaram as entrevistadas na decisão de migrarem do campo, há indicações diversas. Em razão de importância, as dificuldades econômicas e a pouca demanda por trabalho foram as principais, seguido exiguidade de infraestrutura (educação, saúde, internet etc) machismo, dificuldade de acesso ao crédito e pouca área de terra, escassez de opções de lazer e trabalho pesado. Contudo, há um reduzido número de respostas pelas entrevistadas, haja vista que poderiam assinalar várias opções. Se avaliarmos as informações do gráfico 05, isso nos leva a crer que embora importantes os fatores repulsivos, são os fatores atrativos da cidade que impacta de fato a decisão das jovens de migrar. Essa nossa hipótese é corroborada por outro dado: interrogadas a respeito se voltariam a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias, 35% das entrevistadas sinalizaram positivamente, 40% assinalaram negativamente e 25% responderam que não sabiam no momento. Se por um lado é contundente a saída dos jovens, há ainda expectativa de volta por parte destes caso haja condições concretas para a reterritorialização nos espaços rurais. Em relação à saída das jovens do meio rural, Abramovay et al (1998, p. 75) demonstram “[...] o processo de saída das moças do campo faz parte de um declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. O enfraquecimento destas obrigações tradicionais não é acompanhado por mudança no papel das moças no interior da

família”. No caso das jovens pesquisadas, a saída do campo tem a ver com a formação profissional, o que representa um avanço pessoal e na questão do caráter patriarcal que tradicionalmente é fortemente marcado pela figura do pai.

Gráfico 05

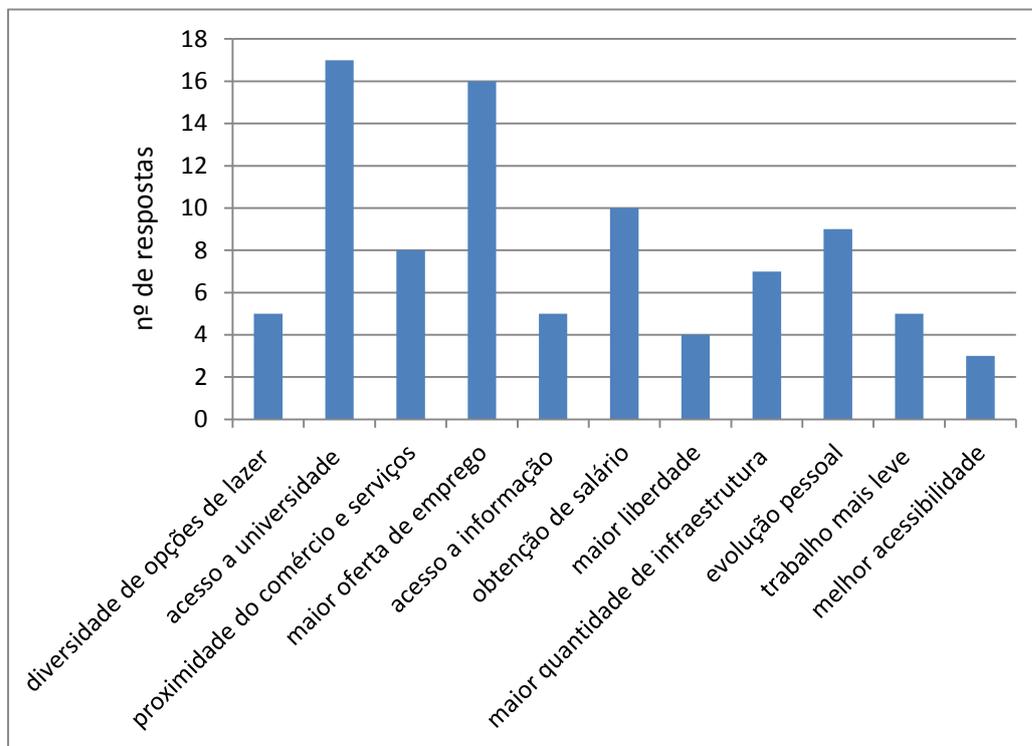


Título: Fatores repulsivos existentes no campo responsáveis pelas jovens migrarem para a cidade. Fonte: Bordulis (2016, 2017)

Já quanto aos fatores atrativos da cidade, em Erechim/RS, no caso, há um número considerável de respostas para vários campos. O acesso à universidade, a maior oferta de emprego e a obtenção de salário foram preponderantes, seguido dos campos evolução pessoal, proximidade do comércio e dos serviços, maior quantidade de infraestrutura, da diversidade de opções de lazer, acesso a informação e do trabalho mais leve. Em função das respostas, a expectativa de uma ascensão profissional pelo acesso à educação superior e as possibilidades econômicas que a cidade oferece (com tipos mais leves de trabalho em relação ao campo e que gera um salário) para a permanência dessas jovens na universidade são fatores cruciais pela escolha de residirem em Erechim. Posteriormente, a evolução pessoal, infraestrutura disponível (internet, comércio e serviços etc.) e a proximidade dos serviços pesaram nas decisões. Desta forma os fatores atrativos são, em grande medida, econômicos também, pois a busca pela inclusão econômica, trabalho, é uma estratégia fundamental para as jovens

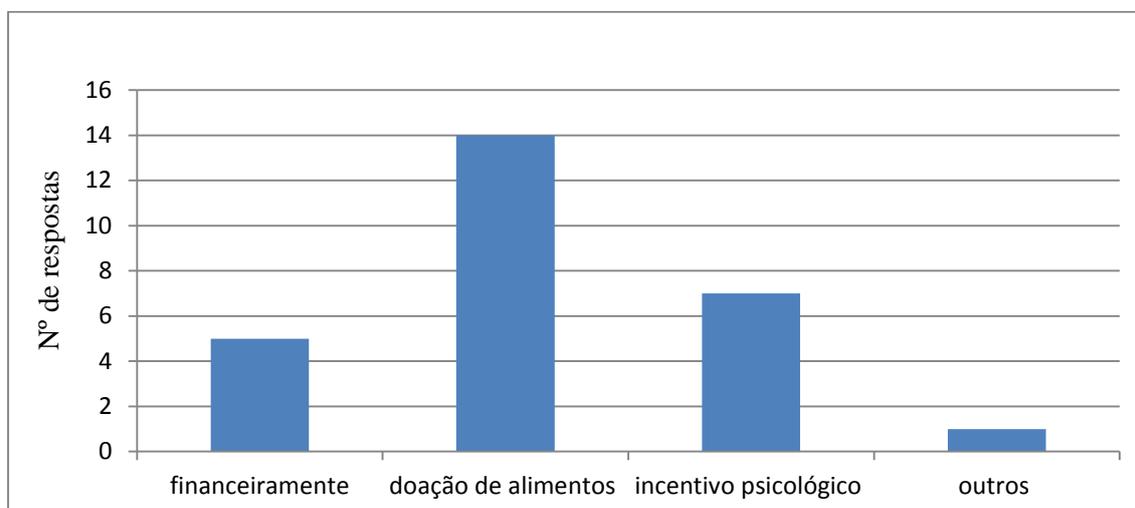
ativarem suas territorialidades e superarem alguns dos problemas de gênero vivenciados no campo.

Gráfico 06



Título: Fatores atrativos existentes na cidade responsáveis pelas jovens migrarem. Fonte: Bordulis (2016/2017)

Ainda assim, o apoio da família para residirem na cidade é considerado importante para 84% das entrevistadas. Conforme o (gráfico 07), mais especificamente, 18,5% afirmaram ser importante o apoio financeiro, 52% a doação de alimentos, 33% a prática do incentivo psicológico e 5% responderam outras formas de apoio. Neste campo as jovens poderiam assinalar uma ou mais opções. Com a migração das jovens as relações com o campo ainda continua, ou seja não há um rompimento definitivo na territorialidade rural.

Gráfico 07

Título: Formas de apoio que a família residente no campo oferece para as jovens permanecerem na cidade. Fonte: Bordulis (2016, 2017)

Em nossa pesquisa contemplamos também perguntas para identificarmos uma possível questão de gênero presente nas dimensões do trabalho e da participação política das jovens no âmbito de suas famílias.

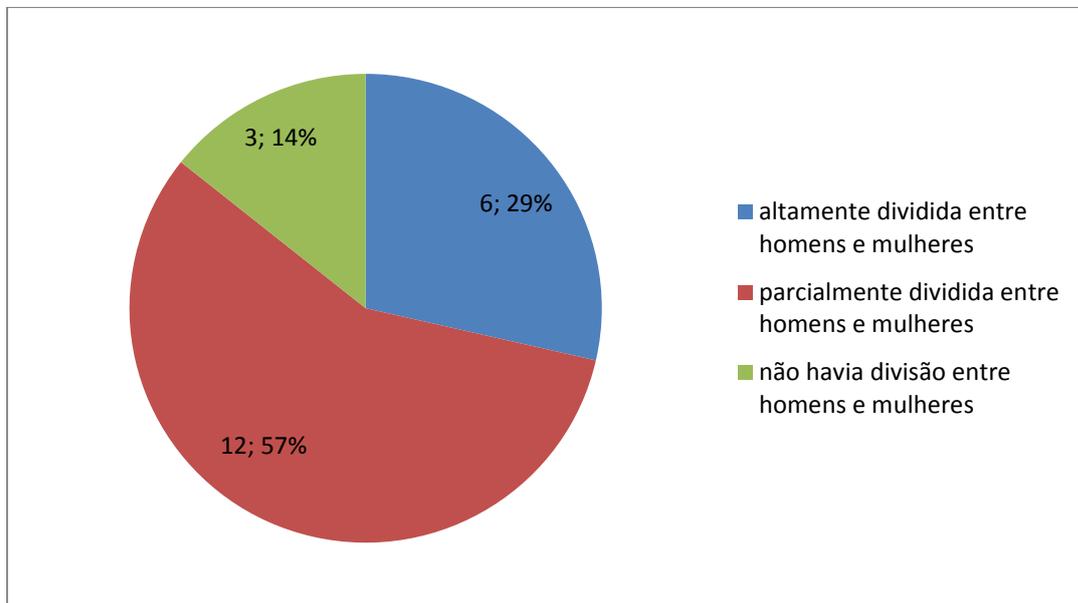
Para 57% das entrevistadas, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era parcialmente dividida, para 28,5% altamente dividida e 14,2% das entrevistadas consideraram não haver divisões. Em síntese, aproximadamente 86% das respostas sinalizaram ser parcialmente ou altamente dividido o trabalho entre homens e mulheres, corroborando com nossa hipótese inicial, a de que há, efetivamente, papéis produtivos com certo grau de distinção entre os sexos, implicando numa questão de gênero dentro dos estabelecimentos familiares, pois, como afirma Battestin (2009, p.68), uma forma de divisão do trabalho dentro da agricultura familiar

[...] se organiza através do trabalho conjunto dos membros da família, e as mulheres (mães e filhas) desempenham papel preponderante, através de atividades que exercem, seja nos âmbitos chamados domésticos, produtivo ou comunitário. Entretanto, essas atividades são comumente caracterizadas como uma obrigação natural ou tomadas apenas como uma ajuda, de caráter complementar ao trabalho do homem.

A partir do apontamento do autor, percebemos ainda forte a avaliação do trabalho da mulher na unidade produtiva, sendo considerado com uma “ajuda” no desenvolvimento das atividades, um trabalho considerado subalterno e com pouco

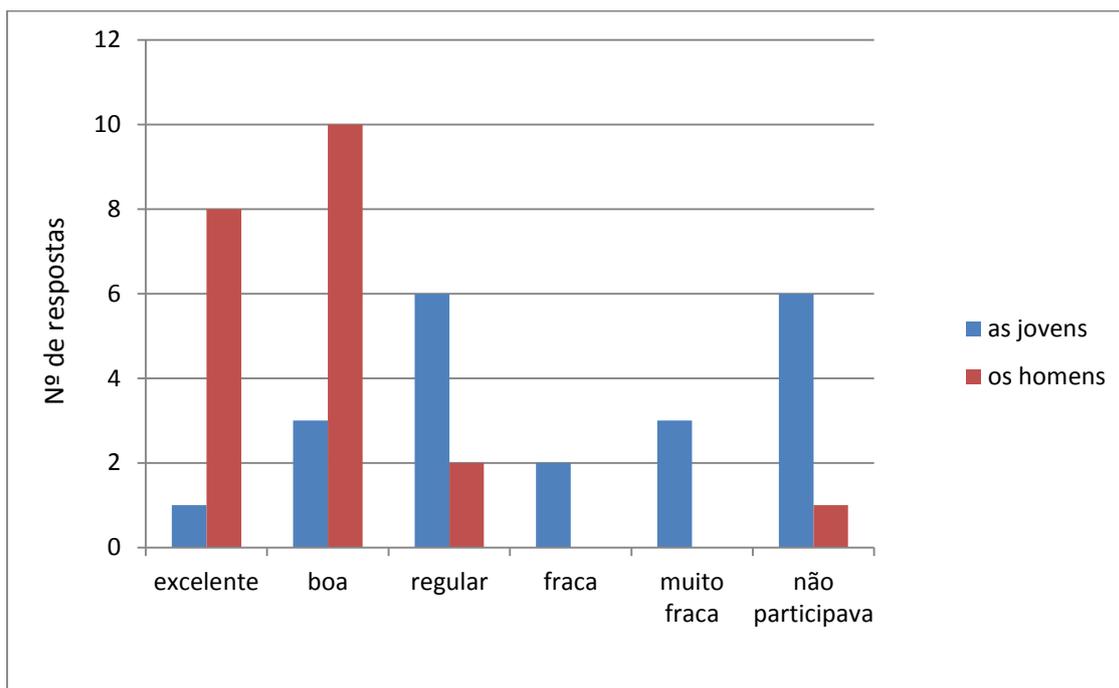
reconhecimento em relação ao trabalho masculino, desta forma o patriarcado está presente nas relações familiares.

Gráfico 08



Título: Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário. (Nº respostas e percentual). Fonte: Bordulis (2016/2017)

No gráfico 09, apresentamos os dados a respeito da participação das jovens em face da participação dos homens nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários. A maioria das respostas consideraram a participação das jovens “regular” e outras não participavam. O campo de participação “boa” foi identificado com 14% para as jovens e, para os homens, 47%. Trata-se de outro indicador a respeito das implicações das relações de gênero e do adultocentrismo quanto a baixa participação política das jovens nos estabelecimentos agropecuários. Além disso, outra diferença significativa, demonstrada no gráfico, foi o campo “excelente” onde apenas 5% das jovens revelaram ter esse grau de participação dentro da unidade produtiva familiar, enquanto os homens tiveram 38%.

Gráfico 09

Título: Grau de participação das jovens e dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias no estabelecimento agropecuário. Bordulis (2016, 2017)

Atualmente, 17 jovens das que responderam no questionário, apresentam ter uma atividade geradora de renda no meio urbano e 1 respondeu não ter emprego urbano. Os vínculos empregatícios formais elencados pelas jovens foram: comércio (trabalho em loja, vendas, materiais de construção, secretária, empregada doméstica, jornalista, balconista), outro era serviços (auxiliar na educação infantil, estagiária na prefeitura municipal de Erechim) e outras 2 jovens possuem bolsa de pesquisa e extensão na UFFS, ou seja esse é o trabalho que elas executam, pode ser que possuem ajuda dos pais também. Quanto aos auxílios econômicos 2 jovens responderam ter esse benefício e 5 jovens não possuem. Teve também 3 jovens que não responderam este campo.

Com relação a decisão das jovens voltarem a residir e a trabalhar em atividades agropecuárias, 7 jovens responderam que voltariam, 8 não voltariam e 5 não sabem no momento. Em seguida no quadro 01, compilamos as respostas da jovens entrevistadas contendo suas considerações sobre como acreditam que será o futuro da agricultura familiar nos municípios onde residiam tendo em vista o quadro atual de desterritorialização dos jovens rurais.

Quadro 1

| Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que residia? |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Serão raros os casos de jovens no campo, pois nos centros urbanos a possibilidade de trabalhar nas empresas é maior e também se sabe que em muitos casos “faça chuva faça sol o salário no final do mês sempre vem”. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Aos poucos não haverão¹⁰ pequenos agricultores as terras serão compradas por grandes produtores que as transformaram em uma única grande propriedade. Talvez os donos nem morrem nas terras apenas venham para cultivá-la e morrem na cidade. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Possivelmente as terras rurais ficarão abandonadas e poucos produtos produzidos pela agricultura familiar estarão disponíveis no mercado. |
| <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das terras serão arrendadas, pois os jovens vão morar na cidade em busca de novas oportunidades. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mecanizada. População zero. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Difícil, pois a maioria dos jovens estão deixando o campo. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Só os grandes empresários no ramo da agricultura |
| <ul style="list-style-type: none"> • Tende a virar um mato de ramos remanescentes ou alguém comprará essas terras para outras finalidades. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acho que está se extinguindo. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Eu acredito que se a economia continuar desta forma com pouca demanda de trabalho alguns jovens tenderam a voltar para suas casas |
| <ul style="list-style-type: none"> • Razoável, pois se não criar políticas públicas e incentivos para a permanência destes jovens, o futuro é incerto. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Creio que no momento possa permanecer estável a manutenção dos que estão no momento lá pelas políticas de permanência, mas isso depende também do jovem querer. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acredito que o município em que residi ficará sem jovens, contando apenas com o pessoal de mais idade. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Será bom, pois a maioria pensa no seu futuro e sonha em ter uma faculdade. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Por experiência própria, as famílias com as menores propriedades vendem ou arrendam as propriedades para maiores produtores assim se tornará escasso a agricultura familiar |
| <ul style="list-style-type: none"> • No meu município de Barra do Rio Azul a população caiu gradativamente e deve cair mais por não haver incentivo a nenhum tipo de produção que gere lucro e por se tratar de uma cidade isolada |
| <ul style="list-style-type: none"> • Possivelmente as propriedades rurais ficarão abandonadas e poucos produtos produzidos pela agricultura familiar estarão disponíveis no mercado |
| <ul style="list-style-type: none"> • As famílias que ainda conseguem uma renda maior permanecem e o restante buscará outro meio de sobrevivência |
| <ul style="list-style-type: none"> • Escassa pelo fato de todos os meus amigos e colegas estarem estudando e buscando um futuro melhor na zona urbana |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acabará pois os jovens estão cada vez mais migrando para a cidade aos poucos vai acabar |
| <ul style="list-style-type: none"> • Considero preocupante, especialmente porque penso que muitos optam por sair do meio rural na busca por aquilo que não tem acesso neste espaço e até mesmo por se tratar de um período de forte influencia das tecnologias e redes sociais que dão a ideia de que a área urbana é melhor que a rural para se viver. Acredito que uma forma de mudar isto seria oferecendo mais opções a quem vive neste meio a através de programas que incentivem o jovem a permanecer nestes locais com qualidade de vida |

Quadro 01: Consideração das jovens sobre o provável futuro da agricultura familiar nos municípios de origem. Fonte: Bordulis (2016/ 2017).

¹⁰ As respostas dos quadros 1, 2 e 3 foram transcritas literalmente para os quadros conforme as respostas que as jovens apresentaram no questionário.

Em seguida foram organizadas as respostas das jovens rurais com relação as práticas ou ações que deveriam ser mudadas ou implementadas, para que possibilitasse a permanência das jovens no campo, as respostas mais citadas pelas jovens foi: 1) maior incentivo aos jovens no campo e maior valorização dos agricultores; 2) maior apoio a agricultura; 3) mais demanda por políticas públicas e maior acesso a educação.

Quadro 2

| |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quais práticas ou ações deveriam ser mudadas ou implementadas, para que possibilitasse as jovens permanecer ou mesmo voltar a residir no campo? |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mais valorização do agricultor |
| <ul style="list-style-type: none"> • Programas de incentivo ao pequeno produtor |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mais acesso a informação, além da televisão e mais oportunidades de emprego e de estudo (escolar, universidade) |
| <ul style="list-style-type: none"> • Opção de moradia, lazer, internet |
| <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na agricultura, incentivo aos jovens |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mais incentivo no campo com valorização da matéria prima e do “ser do campo” |
| <ul style="list-style-type: none"> • Subsídios aos agricultores e inovação na cultura desses “colonos” |
| <ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos moradores da área rural |
| <ul style="list-style-type: none"> • Não tenho intenção de voltar. Mas o maior acesso a transporte para vir a aula e acesso a internet são fatores importantes |
| <ul style="list-style-type: none"> • Ter mais acesso ao estudo transporte, incentivo financeiro |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior investimentos e reconhecimento do agricultor, ajuda por parte de prefeitura |
| <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o acesso a educação e valorização dos jovens |
| <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar condições de acesso a internet, melhor condições de transporte |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior apoio a agricultura familiar, por parte de autoridades, disponibilidade de cursos de capacitação, mas mesmo assim não residir a por que não tem área de trabalho. Só a prefeitura e está nas mãos de alguns somente. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior incentivos para que o jovem permanecer no campo e valorização da agricultura. Mais acesso a tecnologias |
| <ul style="list-style-type: none"> • Programas de incentivo para que as pessoas permanecem no campo |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acesso a educação principalmente aos mais distantes dos centros urbanos |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior valorização dos jovens e políticas de incentivo para a permanência deles no campo |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior acesso a universidade, maior extensão de terra e rebanho |
| <ul style="list-style-type: none"> • Não voltaria pois, nunca me identifiquei com a vida no campo |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mais acesso a informação, além da televisão e mais oportunidades de emprego e de estudo (escolar, universidades) |

Quadro 2 : Consideração das jovens sobre as práticas ou ações que deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a permanência delas jovens no campo. Fonte: Bordulis (2016/2017)

Quadro 3

Apresentamos a compilação das respostas das jovens sobre as questões que envolvem a migração das jovens dos estabelecimentos rurais de origem. As respostas mais destacadas pelas jovens foram: 1) a falta de incentivos para permanência dos jovens; 2) desvalorização da agricultura.

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Relatos sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar no município de origem |
| <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio para montar empresas no meio rural |
| <ul style="list-style-type: none"> • Os agricultores não são valorizados como merecem |
| <ul style="list-style-type: none"> • Maior diversidade profissional e maior autonomia no meio rural |
| <ul style="list-style-type: none"> • O jovem não tem incentivo para permanecer no campo porque a mecanização desmotivou essa permanência e além disso o fator climático como por exemplo “ a seca”, não conseguem colher nada. E como vão se sustentar? |
| <ul style="list-style-type: none"> • A maioria vem em busca de trabalhos mais leves e por salários físicos |
| <ul style="list-style-type: none"> • Acredito que com as oportunidades de acesso ao ensino como uffs, irfrs possam fomentar a permanência no campo, mostrando novas possibilidades no campo, mostrando novas possibilidades como a agroecologia |
| <ul style="list-style-type: none"> • No meu município além da agricultura ser muito desvalorizada, a maioria das comunidades rurais não possui acesso a internet e muitas vezes nem sinal de celular |
| <ul style="list-style-type: none"> • A jovem rural não é valorizada em meu município. Ela encontra somente trabalhos pesados e braçais e é dada a preferencia aos homens |
| <ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivo municipal para permanência dos jovens |
| <ul style="list-style-type: none"> • As jovens rurais acabam sendo prejudicadas com as condições do campo, onde elas não tem participação nas decisões tomadas pela família, e ela acaba sendo subordinada pela figura masculina. Além disso a falta de infraestrutura e de políticas públicas de incentivo a permanência do jovem no campo acaba levando os jovens a migrar para os centros urbanos, afim de buscar melhores condições de emprego e oportunidades |

Quadro 3: Relatos sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar no município de origem. Fonte: Bordulis (2016/2017)

Diante das respostas demonstradas nos quadros acima, podemos entender que é difícil as jovens permanecerem no campo em meio as dificuldades que enfrentaram antes de migrar para a cidade e isso compromete o futuro da agricultura familiar, pois sem jovens e sem mulheres não há possibilidades de sucessão do campo.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi compreender os aspectos que influenciaram na decisão das jovens, matriculadas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim, a evadirem-se de seus espaços rurais de origem.

No decorrer da pesquisa buscamos compreender a definição de juventude estudada por diversos teóricos, estudos realizados sobre juventude rural, problemas enfrentados no espaço rural que afligem a juventude, problemas de gênero e estudos sobre a abordagem territorial. Através dos estudos sobre a abordagem territorial podemos compreender as questões de territorialidade passiva e ativa no que tange as

relações no interior das unidades de produção, sejam familiares e produtivas, compreender também o território como um produto multidimensional.

Para mudar de vida a dimensão espacial, geográfica, é muito importante, porque as jovens tiveram, necessariamente, que passar por processos de desterritorialização e reterritorialização para que pudessem ativar suas territorialidades no espaço urbano, ou seja, elas deixaram de pertencer ao território do campo e se reterritorializam nas cidades por conta das disponibilidades relativas de emprego, serviços, pela construção de autonomias relativas na busca pela ativação de territorialidades e a UFFS que está na cidade de Erechim é um atrativo importante para as jovens buscarem uma profissionalização e maior autonomia.

Na visão da autora deste trabalho as jovens precisam sair do campo para estudar, para buscar uma profissionalização que garanta a elas uma vida com mais autonomia, com mais liberdade e relativa segurança financeira. Nesse sentido, a conquista de ter autonomia financeira através do trabalho, de um projeto profissional fora da unidade produtiva, é um passo para a conquista de autonomia em relação à família, principalmente, em relação à autoridade paterna.

Os fatores repulsivos e atrativos, rurais e urbanos, ponderados pelos sujeitos migrantes, são fatores fundamentalmente espaciais. Para as jovens rurais que foram pesquisadas, foi preciso haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que fosse possível elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas produtivas, a carência de infraestrutura (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais. Nesse sentido, a busca por uma mudança pessoal, implica, igualmente, em mudanças espaciais e em âmbito das territorialidades precedentes. A reterritorialização nos espaços urbanos e a formação superior não eliminará, por completo as questões de gênero que oprimem a figura da mulher e dos jovens no campo. Porém há uma relativa ampliação das liberdades e das autonomias (financeira, de decisões sobre projetos de vida etc.) por parte das jovens e que em alguma medida, as favorecem na ativação de suas territorialidades, incluindo suas práticas de empoderamento.

Ao longo de um ano realizamos essa pesquisa afim de evidenciar os fatores repulsivos e atrativos que pesaram para a desterritorialização das jovens rurais dos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus/Erechim, para o meio urbano. O ponto de partida que acreditávamos era que a questão de gênero tinha um peso relevante no processo de migração das jovens, motivados principalmente pela experiência pessoal da autora. Nos deparamos com outras questões que não eram o nosso objetivo central muito embora como que o acesso a Universidade sejam temas importantes para outras pesquisas e como que os cursos de graduação das jovens se colocam como um trunfo para pensar outros projetos de vida. Além disso poderíamos ter estudado as diferenças de gênero em cada etnia.

Evidenciamos, através desta pesquisa, que a questão de gênero não responde isoladamente e nem é o principal fator repulsivo do contexto de migração das jovens rurais no campo. O principal fator repulsivo elencado pelas jovens foi as dificuldades econômicas em que as jovens e suas famílias viviam, pois em pouca área de terra a família produzia, em grande medida, grãos, em áreas parcialmente mecanizáveis e ainda dependiam de maquinários alugados para realizar as práticas produtivas. Nessas condições mencionadas acima, a produção convencional de grãos se torna inapropriada.

Poderíamos supor que se houvesse viabilidade econômica nos estabelecimentos agropecuários as jovens tenderiam a permanecer no meio rural, mesmo sobpesando as questões de gênero. Desta forma a migração das jovens é um fenômeno multifatorial e que as questões econômicas têm peso muito importante, por isso não adianta ter uma política pública de permanência dos jovens no campo, isolada na dimensão do gênero, mas essas políticas deveriam contemplar as dimensões econômicas no campo. Por conta disso, o debate do gênero é muito presente na agroecologia, pautando a mudança na matriz produtiva vigente no meio rural que include as mulheres e criticando o agronegócio. Essas mudanças são: 1) na educação; 2) nas relações sociais internas da família; 3) em mudanças nas dinâmicas produtivas, 4) na infraestrutura de circulação e comunicação de serviços.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 5.1997.

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o Capitalismo*. trad. Beatriz. Resende. RJ: Paz e Terra, 1986.

BALDUÍNO, D.T. O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. In:_____.OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M (Orgs.) *O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.19-25.

BATTESTIN, S. *Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhos e filhas de agricultores do município de Anchieta-ES*. Viçosa- MG, 2009. 218 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde_arquivos/14/TDE-2010-02-10T090146Z-2145/Publico/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

BERTOTI, A. P. *Êxodo da jovem rural: Um estudo no município de Cruzaltense/ RS*. (Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Geografia). Universidade Federal da Fronteira Sul: Erechim, RS, 2014.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, jan/abril, p. 205 – 227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em 20 jul. 2015.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L.F.; SILVA, F.C.T (Orgs) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CASTRO, E. G. de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro, 2005. 444 p. Tese (Doutorado Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese_Elisa_pdf.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

CASTRO, E. G. et al. Os Jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2009. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Extraído de: BOURDIEU, P. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121

CASTRO, E. G. Juventude do Campo. In: CARDART, R. S.; PEREIRA, I. B, ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.

CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio. A agricultura familiar do Alto Uruguai, RS: mercantilização e estratégias de reprodução no município de Três Palmeiras. Cadernos de Ciência e Tecnologia, v. 23, n.2/3, maio/dez, 2006.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

EDUARDO, Márcio. Freitas. Trabalho de campo: Geografia Rural Roteiro: Lapa/PR, Curitiba/PR, Barra do Turvo/SP. Erechim, 2017.

EDUARDO, Márcio Freitas; GABOARDI, Shaiane Carla. Notas sobre o processo de modernização da agricultura na Microrregião de Erechim (Brasil) e a ação dos movimentos populares no fomento à agroecologia. In.: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013, Lima, Perú. Anais... Lima: IGU, 2013.

FRANCISCO, M. L. O. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas considerações. In: Revista Latino- americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, V.2, n.1. 2011.

GABOARDI, Shaiane C.; EDUARDO, Márcio F. Microrregião de Erechim/RS: agricultura familiar e as transformações recentes no espaço rural. In: VII SINGA, VII Simpósio Internacional e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais. Goiânia: UFG, 2015. p. 5669 – 5686.

GABOARDI, Shaiane Carla; EDUARDO, Márcio Freitas. Microrregião de Erechim/RS: agricultura familiar e as transformações recentes no espaço rural. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2015, Goiânia, GO. Anais... Goiânia: UFG Editora, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Agropecuários: 1995 e 2006.

KOZENIESKI, E de M. A Produção do Espaço Rural: Transformações das Dinâmicas Produtivas e da Agricultura na Microrregião de Erechim / P.337, 2016.

LEÃO, G; ROCHA, M.I.A. *Juventudes no campo*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CARDART, R.S, PEREIRA, I.B, ALENTEJANO, P, FRIGOTO, G (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MULLER, M. P. *As jovens rurais e as expectativas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no Campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul*. (Dissertação de mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Francisco Beltrão, 2016.

MOREIRA, R. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço Geográfico*. 1ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo. Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

PEREIRA, V. G.; REIS, L. S.; OLIVEIRA, M. L. S. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. In: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v.3, n.2, ago./dez.2012.

PAULO, M de A. L de. *Juventude Rural: suas contribuições identitárias*. LEÃO, G; ROCHA, M.I.A. *Juventudes no campo*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PIRES, L. M. **Culturas Geográficas de alunos-jovens: uma referencia para a formação de professores de geografia**. Goiânia, 2013. 276 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Disponível

em:<https://lepeg.iesa.ufg.br/up/8/o/TESE_LUCINEIDE_MENDES_PIRES.pdf>.

Acesso em: 01 mai. 2016.

PORTO- GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*, 3ª.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, E. J. da. **Do campo para a cidade: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres**. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diversidade, 2011, Joao Pessoa. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/10/06.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out.

SILVA, J. M. et al. Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38-62, set. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/7333/5201>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

SILVA, L. F. S. C. da. A experiência do domínio comum na UFFS e as fronteiras do currículo universitário. In: BENINCÁ, D. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Outras expressões, 2011. p. 125-148.

SILVA, S. M. V. da. Geografia e Gênero/Geografia Feminista –o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, mar. 1998. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

SILVA, C.B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. ; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, S. M. V. da. Geografia e Gênero/Geografia Feminista –o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, mar. 1998. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

SPOSITO, Marília. A Pesquisa sobre Jovens na Pós--- Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006).

SOUSA, J. T. P. de. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. *Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, n. 8, p. 9-30, 2006. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/.../1561>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

TURRA NETO, Nécio. Múltiplas Trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade. Presidente Prudente, 2008. 533 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105044/turraneto_n_dr_prud.pdf?se quence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2015.

TURRA NETO, N. Microterritorialidade nas cidades: Uma introdução á temática. *Cidades*, Presidente Prudente, V.10. n. 17.2013, p.7-17. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3231/2745>. Acesso em: 16/11/2016.

UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2010. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R.; Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). Agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Rio Grande do Sul: UERGS, 2007. p. 1 – 197.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, N. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

ZEIST, S.M.T. Produção de Alimentos de Autossustento na Agricultura Familiar: Um estudo de caso no município de Barra do Rio Azul-RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2016.

6- APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

MIGRAÇÃO DA JOVEM RURAL

Termo de consentimento livre e esclarecido: Acadêmica responsável: Daiane Carla Bordulis

O objetivo desta pesquisa é identificar as perspectivas e limites das jovens rurais que estudam na Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim em relação a permanência ou migração é importante ressaltar que será mantido confidencialidade do sujeito e que os dados serão utilizados para fins científicos.

Entrevistada (nome fantasia): _____

Informações gerais:

1. Idade () 2. Curso: () Pedagogia; () História; () Geografia; () Filosofia; () Ciências Sociais
3. Ano de Ingresso na UFFS: _____

4. Origem étnica: () italiana; () alemã; () brasileira; () polonesa; () indígena;
() afrodescendente; () outro.

5. Município onde nasceu: _____

Informações sobre o estabelecimento agropecuário:

6. Município onde residiu no espaço rural: _____ 7. Período: _____

8. Quantas pessoas residiam no estabelecimento? Colocar a quantidade em valor numérico.

() pais; () irmãs; () irmãos; () avós; () outros parentes

9. Quantas pessoas atualmente residem no estabelecimento? Colocar a quantidade em valor numérico. () pais; () irmãs; () irmãos; () avós; () outros parentes

10. Qual era o tamanho aproximado do estabelecimento (hectares): _____

11. Quais atividades produtivas e de geração de renda eram desenvolvidas no estabelecimento no período em que residia no campo? () produção de grãos pela família; () bovinocultura leiteira; () bovinocultura de corte; () suinocultura; () avicultura; () criação de outros animais; () piscicultura; () produção de hortaliças e legumes; () fruticultura; () silvicultura; () produção de erva mate; () arrendamento de terra no estabelecimento; () turismo rural; () agroindústria familiar; () produção orgânica/agroecológica/SAF; () produção de subsistência; () outras. Quais: _____

12. Das atividades indicadas anteriormente, em quais trabalhava efetivamente? () produção de grãos pela família; () bovinocultura leiteira; () bovinocultura de corte; () suinocultura; ()

avicultura; () criação de outros animais; () piscicultura; () produção de hortaliças e legumes; () fruticultura; () silvicultura; () produção de erva mate; () arrendamento de terra no estabelecimento; () turismo rural; () agroindústria familiar; () produção orgânica/agroecológica/SAF; () produção de subsistência; () outras. Quais? _____

13. Além das funções na dinâmica produtiva, quais outras atividades desenvolvia morando no estabelecimento? () estudava; () cozinhava; () auxiliava nos afazeres domésticos; () auxiliava com o cuidado de parentes; () atividade remunerada em tempo parcial fora do estabelecimento; () atividade remunerada em tempo integral fora do estabelecimento; () outras. Quais?

14. Com relação a topografia do estabelecimento, considerava: () plana/totalmente mecanizável; () parcialmente plana/parcialmente mecanizável; () movimentada; () altamente movimentada

15. Os maquinários e implementos utilizados eram: () próprios; () alugados; () próprios e alugados;

Informações sobre a gestão interna do estabelecimento

16. Com relação a divisão interna do trabalho pela família, considerava: () altamente dividida entre homens e mulheres; () parcialmente dividida entre homens e mulheres; () não havia divisões entre homens e mulheres

17. Recebia dinheiro da família semanal ou mensalmente? () sim; () não

18. Como avalia o grau de sua participação nas decisões produtivas que eram implementadas pela família? () excelente; () boa; () regular; () fraca; () muito fraca; () não participava

19. Como avalia o grau da participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pela família? () excelente; () boa; () regular; () fraca; () muito fraca; () não participavam

Informações sobre os fatores da migração campo-cidade

20. Em que ano migrou do campo para a cidade? _____ 21. Tinha quantos anos? _____

22. Quais fatores repulsivos existentes no campo avalia como importantes em sua decisão de migrar para a cidade? () adultocentrismo (pouca participação nas decisões tomadas pela família); () machismo; () excesso de vigilância pelos familiares; () pouca área de terra; () dificuldade de acesso ao crédito, () escassez de opções de lazer; () exiguidade de infraestrutura (internet, telefonia, acessibilidade e serviços de saúde e educação); () sensação de inferioridade; () dificuldade econômica; () trabalho pesado; () pouca demanda por trabalho; () não direito a terra como herança; () falta de apreço pela agricultura; () exposição aos agrotóxicos; () menor

possibilidade de encontrar parceiro para namorar ou casar; () Outros.
Quais: _____

23. Quais fatores atrativos existentes na cidade avalia como importantes em sua decisão de migrar do campo? () diversidade de opções de lazer, () acesso a universidade, () proximidade do comércio e dos serviços em geral, () maior oferta de emprego, () acesso a informação (jornais, livros, informações on line), () obtenção de salário, () maior liberdade, () maior quantidade e quantidade de infraestrutura (internet, educação, serviço de saúde e equipamentos urbanos), () evolução pessoal, () trabalho mais leve, () melhor acessibilidade, () maior possibilidade encontrar de encontrar parceiros para namorar ou casar. Outros.
Quais? _____

24. O apoio da família que ainda vive no campo é importante para você permanecer na cidade? () sim () não

25. Se sim, cite de que forma os membros de sua família que residem no campo apoiam sua permanência na cidade: () financeiramente; () doação de alimentos; () incentivo psicológico;() Outros. Quais?

26. Voltaria a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias? () sim; () não; () não sei no momento

27. Atualmente está ocupada em alguma atividade geradora de renda urbana? () sim:
() não.

28. Se a resposta anterior for sim, trata-se de uma ocupação: () formal ou () informal ?

29. Se a ocupação for informal, detalhe-a:

30. Se houver vínculo empregatício formal, assinale as opções abaixo:

- () comércio. Qual? () serviços. Qual?
() indústria. Qual? () profissional liberal. Qual?
() atualmente possui bolsa de pesquisa e extensão na UFFS?

31. Recebe auxílio sócio econômico da UFFS? () sim () não?

32. Quais práticas ou ações, em seu ponto de vista, deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse permanecer ou mesmo voltar a residir no campo? _____

33. Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que residia? _____

34. Gostaria de relatar algo mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região? _____
